

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

COSTA, Anita Aline Albuquerque. *Anita Aline Albuquerque Costa (depoimento, 2002)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC-FGV e MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**ANITA ALINE ALBUQUERQUE COSTA
(depoimento, 2002)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Recife - PE - Brasil

data: 16/03/2002

duração: 3h 40min

fitas cassete: 04

páginas: 41

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas", desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.

Sumário

Entrevista: 16.03.2002

Fita 1-A: Ingresso e trajetória na profissão de assistente social; informações sobre o pai; origem social; primeiros estudos: colégios públicos e Curso Normal; curso de Nutrição em escola americana (Ceará, 1949); trabalho no Juizado de Menores; trabalho com Dr. Nelson Chaves, no serviço de Merenda Escolar da Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco; governo Barbosa Lima (1946-50); casamento; exoneração do seu cargo na Secretaria de Saúde e saída de Recife (1950); retorno ao Recife e renomeação (1957); mudanças na política da Merenda Escolar: distribuição de leite causava cegueira infantil; trabalho na Campanha Nacional de Merenda Escolar organizada pelo MEC; realização do curso de Assistência Social e ingresso na Legião Brasileira de Assistência – LBA (1962); experiências pessoais enquanto aluna da Escola Pinto Júnior; aquisição do título de Visitadora de Alimentação; sensibilidade para questões sociais; inscrição e seleção para o curso de Nutrição (através de Torres Galeão); informações sobre esse curso: regime de internato, atividades desenvolvidas, alunas, organização interna, currículo, recebimento de bolsa de estudos; trabalho social no Juizado de Menores: atuação junto ao Doutor Rodolfo Aureliano; informações sobre a personalidade, as realizações e os projetos do Doutor Rodolfo Aureliano.

Fita 1-B: Informações sobre o programa alternativo de auxílio ao menor, idealizado pelo Doutor Rodolfo Aureliano; gosto pelo trabalho que desempenha junto ao Juizado (visitas a famílias carentes); oposição da mãe pelo risco que corria; nomeação para o cargo de dietista da Secretaria de Saúde (interferência de padre Simões Barbosa de Arcoverde); informações sobre o bairro do Coque em Recife; reconhecimento do Assistente Social pela população pobre; trabalho no bairro do Santo Amaro pela LBA; situação dos abrigos e da legislação de menores nos anos 1940-50; política de colocação familiar: autoritarismo e arbitrariedades; curso de Nutrição do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social); admiração pelo professor Dante Costa; comparações entre os cursos de Nutrição realizado no Ceará e o do SAPS; retorno ao Recife e ao trabalho na Merenda Escolar; chegada do filho; informações sobre o marido; formação religiosa.

Fita 2-A: Opiniões sobre a militância católica; a militância das “neolistas” da Escola de Serviço Social do Recife; ingresso na Escola de Serviço Social: entrevista com Lourdes Moraes; opiniões do pai sobre Agamenon Magalhães; influência da Professora Dolores Coelho em sua visão política e social; exigências morais que recaíam sobre as alunas da Escola de Serviço Social: mentalidade moralista das professoras; informações sobre a Escola de Serviço Social: qualidade do curso, professores, currículo; relação com a professora Hebe Gonçalves: admiração, influências, desentendimentos; as professoras Lourdes de Moraes, Dolores Coelho e Glória Andrade Lima são enviadas ao Rio para fazer o curso do Instituto de Educação Familiar e Serviço Social; presença e influência do Serviço Social belga no Brasil; elevado nível social das primeiras alunas de Serviço Social no Rio e em São Paulo; publicação do livro “Serviço Social e Relações Sociais” desagrada Nadir Kfourri, assistente social “quatrocentona” paulista; assistência social como ocupação das “moças de bem”, devido à inconveniência das outras profissões; o “chique” congresso de Assistência Social realizado em Pernambuco nos anos 50; oposição feita à Escola do Rio, devido ao caráter moral de sua diretora; envolvimento da Assistência Social com a Igreja Católica; Escola de Pernambuco é a única ESS leiga do norte-nordeste, mas professores ateus não são aceitos na Escola; financiamento da Escola de Serviço Social; sede da Escola: sede própria garantida pela LBA; baixa remuneração e alto

prestígio dos professores da Escola; convênio da Escola com a SUDENE e com o Unicef; experiência como aluna da Escola de Recife em dois momentos distintos: nos anos 50 e nos anos 60; mudanças ocorridas no Serviço Social neste período; influência do Serviço Social europeu: a belga Mlle. Baers dá lições às brasileiras; críticas à concepção europeia de Serviço Social: o modelo “ajustador”.

Fita 2-B: Relações e distinções entre serviço, ação e assistência sociais; o Serviço Social dos anos 1940/50: a prática do assistencialismo, a não consideração dos conflitos de classes, e seu caráter não revolucionário; a visão da professora Dolores Coelho sobre o Serviço Social: oposição ao autoritarismo, valorização da ação social e visão mais transformadora; o Serviço Social do Pós- Guerra: a influência americana, através do Plano Marshall, muda as concepções dominantes no Serviço Social brasileiro; transformações curriculares na Escola de Serviço Social de Recife em função da orientação norte-americana; o modelo “psicologizante” americano: o Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade; a Escola de Serviço Social de Recife sob a direção da Professora Hebe; o envolvimento do professor Paulo Freire com o Desenvolvimento de Comunidade; as influências do SESC, SESI, SENAI sobre a Escola de Recife, nos anos 60; os professores da Escola visados pelo governo após o movimento militar de 1964; o discurso de formatura (1961); o ingresso na LBA (1962); já formada, a experiência de supervisão na Escola de Serviço Social; sua indicação para fazer o curso de aperfeiçoamento para docentes de Serviço Social da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), em 1966; Maria Amália, diretora da ABESS, era então apontada como “dedo-duro da Revolução”; a entrada na Escola de Recife como professora de Serviço Social de Grupo; informações sobre o curso de aperfeiçoamento da ABESS: qualidade do ensino, professores, localização, os “grupos operacionais”; teoria Rogeriana orienta a atividade dos grupos operacionais; participação de freiras no curso de aperfeiçoamento da ABESS.

Fita 3-A: Colegas do curso de aperfeiçoamento; associação entre Serviço Social e Igreja; Escolas de Serviço Social integradas a Universidades; importância do curso de Aperfeiçoamento da ABESS em sua formação; afirmação de que o curso de Aperfeiçoamento era “montado mais à direita”; importância do professor Francisco Falcon, que transmite uma nova visão da História; o valor do conhecimento histórico para o assistente social; a atuação de Maria Amália no curso de Aperfeiçoamento; participação nas conferências da ABESS; reestruturação nacional da LBA em 1966: sua participação e a de Nadir Kfoury, da PUC de São Paulo; trabalho na FEBEM (Recife, 1967); envolvimento no Programa de Habitação Popular do governador de Pernambuco, Cid Sampaio; transformação da Fundação da Promoção Social em Movimento de Cultura Popular, durante o governo Arraes (1962); seu envolvimento na fundação da FEBEM no Recife; seu ingresso na LBA (1962); o ingresso no mestrado em São Paulo para acompanhar o marido; a LBA facilita sua ida para o mestrado; o ensino de Serviço Social em São Paulo a desagrada; observações sobre o mestrado e sobre a professora Bernardete Lates; dissertação de mestrado e insatisfações; o movimento de reconceituação do Serviço Social em 1965; a demissão da LBA, em 1975, devido aos aborrecimentos que crescem a partir de 1971.

Fita 3-B: Funcionamento da LBA antes do movimento militar de 1964: execução direta, má condição e falta de registro do patrimônio; recursos da Loteria Esportiva para a Assistência e para a LBA: muitos recursos em 1968; críticas e dificuldades em relação ao funcionamento da LBA durante o governo Arraes: distribuição de alimentos para a Aliança pelo Progresso e assistencialismo; reação a essa política e transferência para o ambulatório da LBA: críticas ao ambulatório; período do projeto “Chapéu de Palha” e ebulição do movimento das Ligas Camponesas (1962- 64); críticas ao programa de distribuição de leite de Madalena Arraes; críticas à gestão de Madalena Arraes na LBA; chefia da Divisão de Serviço Social, em 1967, e

proposição de trabalho com a sociedade, através de convênios (modelo de execução indireta); reforma da LBA em 1965: sua participação nos debates “como se fosse uma pessoa da Revolução”; reunião realizada no Rio de Janeiro para discutir os novos rumos da LBA: críticas à antiga estrutura; constituição de uma equipe de planejamento para a reestruturação da LBA; nova estrutura das diretorias da LBA: um Diretor Geral, uma Procuradoria e três Divisões Técnicas; experiência enquanto chefe da Divisão de Serviço Social: trabalho com a sociedade, amizade com o Diretor Geral Edésio Paes Barreto e recuperação do patrimônio da LBA; a experiência de execução indireta: convênios com a Escola de Serviço Social, prefeituras, dioceses; o trabalho com Dom Hélder Câmara e Dom Francisco Nerofe; crítica à experiência: não houve projetos de capacitação para que as entidades conveniadas realizassem suas atividades; o exemplo dos convênios para o saneamento de bairros pobres; o “endurecimento” da LBA a partir dos anos 70.

Fita 4-A: Mulheres de oficiais tornam-se voluntárias da LBA: é encarregada da capacitação dessas senhoras; assistência realizada fora da sede da LBA: casarão abandonado no bairro do Santo Amaro torna-se centro de atendimento; observação das restrições que passa a sofrer devido a sua amizade com Dom Hélder Câmara; motivos para seu afastamento da LBA; a LBA é incorporada ao ministério da Previdência Social no governo Geisel; comentários sobre a trajetória e a extinção da LBA: órgão “politiqueiro” até 1964 e autoritário após isso, que deveria ter sido extinto há mais tempo; opiniões sobre o Projeto Casulo: a intenção era boa mas faltava monitoramento; faltava monitoramento também na FEBEM: os internos não eram registrados durante os anos 70; a assistência à criança entendida não só como internamento, mas auxílio à família; a importância e falhas do atendimento indireto; o trabalho na Universidade Federal de Pernambuco; o trabalho de supervisão no sistema penitenciário; as opiniões sobre a LEP (Lei de Execuções Penais): questões do trabalho penitenciário e da visita íntima; as insuficiências do sistema penitenciário: incapaz de promover a ressocialização do encarcerado; doutorado em São Paulo (1986): dissertação sobre as relações sociais no campo; assume cargo de chefe do Departamento de Serviço Social da UFPE (por volta de 1978) e monta um projeto de Mestrado de Serviço Social; assessoria na CODEVASF (Comissão do Desenvolvimento do Vale do São Francisco); coordenação do Mestrado e projeto de criação do doutorado na UFPE, implementado nos anos 90; projetos atuais: policiamento comunitário, coordenação de mestrados em Petrolina; não envolvimento direto com a LOAS (Lei Orgânica do Assistente Social); opiniões sobre o projeto Comunidade Solidária.

Fita 4-B: Opiniões sobre o projeto Comunidade Solidária; comentários sobre a profissão de assistentes social: trajetória, importância, evolução; observações finais.

Entrevista: 16.03.2002

Gostaríamos de começar o seu depoimento perguntando nome completo, o local do seu nascimento e sobre a sua infância, o nome dos seus pais, o que eles faziam...

Sou Anita Aline Albuquerque Costa, para todos os efeitos Anita Aline, assistente social de formação. Acho que seria interessante dizer como cheguei a ser assistente social. Depois que fiz um curso de nutrição, antes dos anos 50, dentro do Plano Marshall – na época, ainda não havia nutricionista –, fiquei aguardando a nomeação pelo SAPS, o Serviço de Alimentação da Previdência Social. E enquanto eu aguardava, uma colega me convidou para trabalhar como sua auxiliar no Serviço Social do Juizado de Menores. Eu não sabia exatamente o que era, mas comecei a trabalhar. A partir daí, me interessei e passei à Escola de Serviço Social. E conheci o Serviço Social em várias décadas, porque ingressei no curso de Serviço Social ainda nos anos 50, interrompi, voltei em 1957, entrei na década de 60... e fui trabalhar como assistente social na LBA, deixando o Juizado de Menores, bem como a área da criança e do adolescente, e também a de nutrição. Quando minha nomeação saiu, no governo do Barbosa Lima Sobrinho, eu estava muito afinada com o governo e, na verdade, desisti de ser nutricionista, tornando-me assistente social desde então.

Esta é a minha história a partir de 1960. Eu já trabalhava na Escola de Serviço Social, passei a fazer um pouco de supervisão e, logo comecei a trabalhar também com supervisão de alunos junto à LBA.

Quanto à minha família, meu pai era um pequeno comerciante, mas teve problemas, ficou paraplégico... Eu não tenho muito o que falar da minha família. Era uma família de classe média, que me deu condições de estudar, e eu sempre estudei em colégios públicos.

Isso tudo em Recife.

Em Recife. Fiz o curso pedagógico normal na Pinto Júnior, que era uma escola semipública. A seguir, fiz o curso de nutrição, embora, na época, não soubesse muito bem o que era nutrição. Mas me candidatei a uma bolsa, passei por uma seleção e fui encaminhada. Logo depois, a minha vida se iniciou com uma vida de trabalho.

Em que ano a senhora fez o curso de nutrição?

Em 1949. Ainda não tínhamos o curso de nutrição, então, fiz a Escola Agnes Junes Leith, uma escola americana montada pelo Plano Marshall no Ceará – me parece que havia uma outra implantada em Minas. E o SAPS funcionava na praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. Após um ano de curso, se a pessoa quisesse seguir a carreira de nutricionista, fazia mais um ano no Rio – na época, não havia nutricionista no Brasil, era dietista. Foi o que eu fiz. Aí seria nomeada pelo SAPS.

Com isso, a senhora ficou um ano no Rio.

Fiquei. Minha nomeação para o estado saiu seis meses depois que voltei para Recife, quando eu já estava engajada no Juizado de Menores, trabalhando e gostando do trabalho. O secretário de Saúde, dr. Néelson Chaves, havia instalado o Serviço de Merenda Escolar – a merenda escolar nasceu em Pernambuco – e, quando soube que eu havia voltado, me nomeou para trabalhar com ele no Serviço de Merenda Escolar – acho que fui a primeira pessoa que recebeu nomeação em casa. E começamos a trabalhar. Naquele tempo, o grande problema para a nutricionista era encontrar quem fornecesse pão, queijo de coalho e leite – era o que ele

queria que todos os escolares recebessem. Passei a trabalhar, então, com a Merenda Escolar e também no Juizado de Menores. E combinava alguma coisa da dietética com o Serviço Social.

Isso no governo Barbosa Lima, depois da redemocratização, porque ele assumiu em 1946 e ficou até 1950.

Minha primeira nomeação foi no governo Barbosa Lima. Comecei a trabalhar em 1950, e Néelson Chaves era o secretário de Saúde. Quando me casei, em 1951, o secretário já era o Albano Paraná e o governador, Agamenon Magalhães.

Barbosa Lima tinha uma maneira de administrar... Tivemos um aumento, vamos dizer, um reconhecimento financeiro como funcionários públicos, e eu passei a ganhar muito mais do que iria ganhar no serviço público federal. Esta foi também uma das razões que me fizeram optar. Depois, havia o casamento, não é? Então, eu me exonerei e... viajei, passei sete anos fora. Quando voltei para Recife, em 1957, a minha vaga ainda estava aberta, e fui novamente nomeada.

Aonde a senhora passou esses sete anos?

Ah! Foi um trajeto muito grande. Conheci quase o Brasil inteiro, porque meu marido era auditor de uma empresa de São Paulo e nós íamos de filial em filial. Primeiro, passamos um tempo na Bahia, depois, um ano em Minas Gerais – Belo Horizonte e Juiz de Fora. Eu já estava cansada de andar com as malas, quando fui morar em São Paulo.

Nesse período, a senhora não trabalhou.

Não. Mas, em São Paulo, decidi voltar a trabalhar, porque precisava. E tive uma certa dificuldade. Vi que não podia trabalhar como professora pois, além de o título de professor não ser válido no território nacional – hoje é a mesma coisa, não é? –, eu só havia feito a metade do curso de Serviço Social. Nessa história de procurar emprego, fui trabalhar exatamente em um escritório de estudos econômicos, que era o remanescente do banco do Roxo Loureiro, que havia falido... – o Clube dos Quinhentos, em Guaratingatá, era do Roxo Loureiro. Ele deu um estouro no banco – não me lembro o nome – e o escritório era um remanescente. Trabalhei lá cerca de um ano e meio, e me deparei um pouco com economia, finanças, habitação, moradia e tal.

Depois, voltei para Recife e continuei minha vida como funcionária pública. Fui renomeada no mesmo cargo, mas a Merenda Escolar já tinha uma outra roupagem: constituía-se em uma divisão estadual e não pertencia mais à Secretaria de Saúde, e sim à de Educação. Havia também o convênio com o FISI, o Fundo Internacional de Socorro à Infância. E ocorreu uma coisa interessante: o leite, que era encaminhado pela UNICEF, não continha vitamina A, naturalmente, porque não podia conter gordura, uma vez que era necessário um tempo de conservação. Em Pernambuco, o leite foi distribuído e utilizado por crianças com menos de seis meses de idade, que realmente tiveram cegueira. Tivemos muitos casos de cegueira.

Bom, começamos a trabalhar com o FISI e com o leite em pó que o Néelson Chaves não recomendava, mas, quando eu saí, já havia um instituto de nutrição aqui, fundado na Secretaria de Saúde. Ao voltar, recomecei a trabalhar, agora dentro da Secretaria de Educação, visando à merenda escolar, já em outros moldes, bem mais complexos, associada à Campanha Nacional de Merenda Escolar, criada pelo MEC. Era uma prática associada: Campanha Nacional de Merenda Escolar Federal e a Divisão Estadual.

Trabalhamos nessa associação até 1962, ano em que concluí o curso de Serviço Social. Foi um curso muito atrapalhado, porque eu havia começado em 1950 e, quando voltei, em 1958, o

Serviço Social já havia evoluído bastante. Mas continuei e terminei... acho que em 1962. Nesse ano, fui trabalhar na LBA. Então, combinava Merenda Escolar e LBA.

Antes de entrarmos na parte da LBA, poderia falar um pouco desses dois momentos em que a senhora cursou a Escola de Serviço Social? Dos diretores, professores...

Quando eu entrei, entrei com Lourdes Moraes... Acho que é preciso relacionar um pouco isso com a influência que sofri... Eu havia passado sete anos na escola Pinto Júnior, em Recife, e só vivia para a escola, porque a minha família não tinha muito o que oferecer. O que eu lia... As irmãs de Chico de Oliveira eram minhas colegas, moravam na Sunidade, e a escola era na rua Riachuelo.

Francisco de Oliveira, o economista, que está hoje em de São Paulo?

Sim. E o pai dele tinha uma drogaria, a Drogaria Conceição. Então, eu saía da escola e, claro, ia para a casa das meninas, porque lá havia muitos livros. Eu gostava de ler o *Tesouro da Juventude*; para mim, era uma coisa muito importante. Foi aí que eu fiz uma grande... [riso] Eles eram oito, e eu tinha muito medo do pai deles, sabe? Às vezes, ele chegava apressado, da saída da drogaria. Uma ocasião, eu não sabia o que fazer, me meti debaixo da mesa até que seu José saísse. Ele não gostava de mim, era muito estranho.

Eu lia muito à custa da biblioteca dos outros, à custa dos padres jesuítas do Nóbrega, do padre Mosca – foi um dos fundadores naquela época –, do padre Bragança, da Universidade Católica, que me emprestavam os livros de que eu precisava. Consequentemente, era uma pessoa que lia bastante, mas não dependia da minha família para isso, porque ela não tinha recursos. Estudei com dificuldade, trabalhando muito com os livros dos outros, e terminei o curso de professora com 17 anos. Nunca havia saído de casa, como eu vejo hoje as minhas netas fazerem, para passar um dia com uma família, na outra semana ir para a praia... Era aquela coisa... certinha, não é?

Aí fui para uma escola de moldes americanos, o que me chamou muito a atenção, porque o primeiro ano que fazíamos nos dava o título de educadora de alimentação... Visitadora de alimentação. E era no sentido de promover um trabalho de grupo com a população para modificar hábitos alimentares. Eu gostei do trabalho! Agora, ao mesmo tempo que se fazia esse trabalho de grupo, que era uma reprodução do atual grupo dos quatro ‘Es’ americanos...

Quais são os quatro ‘Es’?

São: educação, espírito, esforço e êxito. No ‘americano’ era: *head, health, heart* – coração, cabeça, saúde – ... não me lembro o outro. Mas esse trabalho, de alguma maneira, me despertou para o social.

Qual foi a sua motivação para fazer esse curso no Ceará?

Eu queria um emprego. Terminei o curso de professora no dia 8 de dezembro e me perguntava: “E agora, o que vou fazer?!” Minha família, é claro, pensava: “Vai ser professora.” Ser professora àquela época, significava ir para o sertão e depois, então, você viria descendo. E meu pai não entendia como eu, uma moça solteira, iria para o sertão!?

E então começaram aquelas injunções clientelistas normais na época, que era trabalhar... Uma parte da família morava em... hoje Abreu Lima e, naturalmente, tinha certas ligações com os políticos da época, por exemplo, Torres Galvão, que chegou a ser governador. Foi o primeiro operário a ser governador: era operário na Fábrica Paulista, foi eleito deputado, chegou à presidência da Assembléia e aí ocupou o cargo de governador do estado. Houve

essas injunções e tal. Mas eu ouvi, acho que no rádio, que estavam selecionando para um curso de nutrição. Decidi me inscrever e fui selecionada.

E seus pais, como reagiram?

Para a minha família, era um horror que uma moça saísse, assim, sem saber para onde, e me recomendaram a mil e uma pessoas. Eu achei ótimo ir para o Ceará, agora, vivi uma experiência diferente.

E a senhora foi para uma pensão?

Não, a escola era em regime de internato. Só havia como funcionários uma cozinheira e um *office-boy*. Todo serviço era feito pelos próprios alunos. Não se comprava verdura, nós plantávamos hortaliças.

A escola era em Fortaleza?

Em Fortaleza, acho que em Pirambuco . No primeiro período do curso, aprendia-se o que a terra produzia, então, tinha horticultura, apicultura... sei lá, todas essas coisas. Lembro bem que havia uma parte de sericicultura, porque no Ceará, na época, cultivava-se o bicho-da-seda. E todos nós trabalhávamos, cada período tinha um tipo de atividade. Por exemplo, no primeiro período de três meses, orientados por um professor, agrônomo, os alunos ficavam na horta, onde era produzida toda a verdura da casa. Não se trabalhava com a enxada, mas tudo o mais, todas as operações, todos os tratos culturais eram por conta do aluno. O aluno tinha de trabalhar, do contrário, não produzia!

Só havia moças, ou era uma escola mista?

Ah... não! No meu tempo, era só feminina, mas depois tornou-se mista. Havia alunas do Brasil inteiro.

O curso era pago?

Não. Recebíamos uma bolsa, à época, acho que de 200 cruzeiros. De Pernambuco havia somente eu. Houve uma anterior a mim, Nadir Agra, mas eu nunca a encontrei.

Era uma escola diferente. No segundo período, então, ficava-se encarregado daquelas coisas que eram na copa: o café, a sobremesa, o lanche, etc. Havia divisão do trabalho, todo o serviço da casa era dividido: um cuidava da geladeira – era geladeira mesmo! –, outro da copa... Quem cuidava da copa não tinha tranqüilidade para estudar, porque botava mesa e tirava mesa o dia inteiro. [risos] Era um trabalho danado, mas você aprendia realmente a ser garçonete. Tinha de servir bem, de acordo com as normas. Aprendia-se tudo. Eu teria condições de me empregar com garçonete, sem problema algum, porque aprendi! Aprendia-se inclusive a escolher vinhos.

A senhora mencionou que a escola era americana, não é?

Nos moldes americanos. Então, havia lá os americanos que coordenavam.

Vocês tinham que falar inglês?

Não. Eu falava um pouco, embora não tenha feito curso de inglês fora. Nunca! Aprendi porque sou autodidata. Então, leio, traduzo, mas tenho enorme dificuldade para falar o que li, porque nunca fiz nenhum curso. O que eu aprendi foi viajando e lendo. Embora eu fosse muito presa em casa, tive acesso às revistas americanas que chegavam na época da guerra, com toda aquela influência.... Ah, mas eu adorava! Descobri umas revistas onde havia os filmes, então lia todas porque, ora, é claro, como adolescente, eu adorava chegar na escola contando o filme antes que ele chegasse aqui! *Laura!* Quando passou o filme *Laura*, eu já havia contado para todo mundo o enredo. Foi um sucesso!

Voltando ao currículo na escola. No terceiro período, o aluno já assumia o restaurante. Havia um restaurante para o trabalhador ir junto. Então, aprendia-se a fazer o cálculo de refeições coletivas e a administrar o restaurante. Chegava-se ao final do curso sabendo administrar um restaurante e uma casa, porque, no último período, ficava-se encarregado da casa. Faziam-se compras, distribuía-se os recursos e elegia-se o cardápio. A avaliação final era um jantar ou um almoço, à sua escolha, oferecido a uma autoridade. Foi uma experiência interessante.

Eu vinha dessa experiência. Quando cheguei em Recife, ainda sem decidir se ia continuar ou não, uma colega do curso de professora, que trabalhava no Juizado, Aline Mangueira – Aline Oliveira, depois de casada – disse: “Você está sem emprego, quer vir me ajudar?” Fui para o Juizado. Passei a ganhar 600 cruzeiros, em regime de serviços prestados.

Chegando ao Juizado – isso é interessante dentro da assistência! –, quem era o chefe do Serviço Social? Dr. Raimundo, médico. Veja, no Serviço Social no Juizado de Menores ainda não havia assistentes sociais diplomadas. Algumas tinham começado a estudar e outras estavam no cargo, mas não eram assistentes sociais. E eu comecei a fazer aquele trabalho ainda com o dr. Rodolfo Aureliano como juiz. Ele me ensinou algumas coisas.

Por exemplo, certa vez, chegou um mandado de um juiz, dizendo que o menino deveria ser recolhido – claro que o internamento era fundamental naquela época –, porque a mãe era horizontal. E eu – com 18, 19 anos, toda abestalhada! – disse: “Acho uma bobagem o que esse juiz está dizendo. Vai internar o menino simplesmente porque a mãe é horizontal!?” Dr. Rodolfo ia passando e me perguntou: “Você sabe o que é uma horizontal?” Respondi: “É uma estrábica.” E ele: “Não. Horizontal, minha filha, é prostituta. Olhe.” E fez assim com a mão: “Horizontal.” Eu nunca esqueci. Mas nós não éramos orientadas como assistentes sociais.

Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre o dr. Rodolfo Aureliano, então juiz de menores, que vai ser um dos responsáveis, talvez o principal responsável, pela criação da Escola de Serviço Social.

Naturalmente, a Escola já havia sido fundada.

Por ele, não?

É... Quando eu ainda estudava na Pinto Júnior, passava de bonde – naquela época era bonde – na Fernandes Vieira, 405, onde era o Juizado, e via: Escola de Serviço Social. Na época, eu não sabia do que se tratava. Quando fui trabalhar no Juizado, convidada por minha amiga que era aluna da Escola de Serviço Social, a Escola já estava funcionando na Fonte da Boa Vista, 1512. É preciso dizer o seguinte: quem doou o prédio para a Escola de Serviço Social? A Legião Brasileira de Assistência. Custou, a meu ver, qualquer coisa por volta de 200 mil. O pessoal na Legião fazia muita questão de dizer que o prédio havia sido doado pela Legião Brasileira de Assistência.

Voltando ao Juizado, como já disse, havia pessoas que estavam ocupando o cargo de assistente social, mas que não faziam o curso de Serviço Social nem tinham o título. E havia outras que estavam cursando, como era o caso da minha amiga.

E o dr. Rodolfo Aureliano? Fale um pouco sobre ele.

Continuou juiz. Mas eu não tinha muita aproximação com ele. Eu era peão naquela época! [riso] Bem, dr. Rodolfo era aquele ‘catolicão’, justo... Foi meu professor na Escola de Serviço Social, dava o Código de Menores, e era tido como um homem interessado, uma pessoa extremamente dedicada. A minha amiga, por exemplo, era uma pessoa muito aproximada do dr. Rodolfo e tinha uma profunda admiração por ele.

A meu ver, ele tinha umas idéias interessantes. Por exemplo, em relação à criança e ao adolescente, apesar de, naquela época, a internação ser fundamental quando se tratava da proteção da criança e do adolescente. Dr. Rodolfo havia instituído um programa de assistência à família – esta foi uma das razões pelas quais a minha amiga me chamou –, que depois foi copiado pela própria LBA e ainda hoje é repetido. Não era uma espécie de bolsa-escola, e sim um procedimento de ouvir a família. Havia, em Recife, os Centros Educativos Operários, criados por Agamenon Magalhães, e o dr. Rodolfo deu início a um trabalho de manutenção protular – não sei se já se chamava assim à época, mas depois tomou esse nome na LBA.

Então, havia uma espécie de assistência à família. Geralmente eram as mulheres que procuravam o Juizado, procuravam diretamente o juiz – os homens nunca apareciam – para se queixar: “Ah, é o menino que me sai de casa e não volta!” Naquele tempo, o problema não era droga; o que se falava era que os meninos ou as meninas estavam fazendo o que não deviam. O ‘grande crime’ era a ameaça de a menina ser desvirginada. Quanto aos meninos, era o menino fujão, ou o que batia nos outros, jogava bola na vidraça do vizinho mais rico... A família ia ao Juizado se queixar e, na queixa, naturalmente, era uma constante o pedido: “Quero uma vaga para colocar o meu menino.” Ou então era a mulher abandonada pelo marido: “Tenho três, quatro filhos, e cubro os meus meninos com o cesto – como diziam sempre. O que faço!? Não tenho o que dar a eles!”

A assistente social, entre aspas, do Juizado – minha amiga Aline era tida como assistente social –, fazia um sumariozinho, reunia os casos e dividia por bairros. Havia um plantão semanal em vários bairros, e aquelas pessoas nos procuravam. Em seguida, fazíamos uma visita domiciliar, fazíamos um relatório e avaliávamos a situação com o dr. Raimundo, o médico chefe do Serviço Social, antes do Reneé Ribeiro. Então, de acordo com as necessidades da família, passava-se a dar, não uma bolsa, mas 30 cruzeiros por menino – posso estar um pouco enganada, mas acho que a quantia era essa. O valor nunca ultrapassava 90 cruzeiros. Nunca! E é preciso verificar a época: aqueles 30 cruzeiros não equívalem a 30 reais de hoje, mas provavelmente a 10 reais.

Não posso dizer de onde vinham os recursos. Só sei que, se aprovada a assistência, a família passava a receber a quantia que coubesse no caso, contanto que não internasse os filhos e também se desse alguma proteção ao menino carente. Havia casos que considerávamos não se tratar de carência material, e sim de necessidade real de internação.

Agora vou dizer por que terminei sendo dietista na Secretaria de Saúde. Por incrível que pareça, eu adorava o trabalho no Juizado. A minha área era Cordeiro, no Centro Educativo Operário localizado na avenida Caxangá. Era uma área periférica extremamente carente – hoje, tem Torrões, aquilo tudo ali. Eu ia lá um dia na semana, e os demais, utilizava para as visitas, para conversar com as famílias, para fazer o meu relatório, e tínhamos um dia para levar os casos para o dr. Raimundo avaliar.

Naturalmente, eu tinha uma certa fluência, um certo desembaraço e, talvez, também, um certo sentido. Dolores Coelho dizia que eu tinha uma certa sensibilidade para o social. Minha família era pobre e, na minha casa, como filha mais nova, a caçula, eu não tinha com quem brincar! De modo que eu trabalhava com as empregadas e os empregados. Nos dias atuais, menina não trabalharia, não brincaria com empregado. Mas lá em casa sempre teve empregados, porque o quintal era grande, e eu sempre brinquei com eles. Jogava futebol,

baralho... Quem me ensinou a jogar baralho foi um empregado nosso. Aprendi cantorias e muita coisa deles e da vida deles, de modo que eu fazia meu trabalho com a maior facilidade.

Minha mãe não aceitava que eu, moça de família, estivesse andando pelo meio do mundo. Meus pés tinham a marca do sapato – aquele sapato tipo boneca, que tinha uma alça –, pois eu andava muito ao sol, a pé, procurando os meus casos. Estava queimada! E ela se sentia muito envergonhada com isso, achava que não era serviço para uma moça andar com prostituta, com menina-problema, menino que não prestava, pai embriagado! Então, voltou-se mais uma vez para a política. Na época, havia um deputado, padre Simões, que tinha certa influência...

[FINAL DA FITA 1-A]

Padre Simões Barbosa.

Não sei se era Simões Barbosa. Era o padre Simões, de Arcoverde, e ele era deputado. Minha mãe foi procurá-lo e disse: “Essa menina fez o curso, não sei o que e tal, e como é que agora está trabalhando nisso?!” Ele levou os meus dados, minha nomeação saiu e eu não soube! Até que chegou uma carta em casa me convocando para me apresentar à Secretaria de Saúde. Fui lá e me disseram: “Sua nomeação saiu, a senhora não se apresentou...” Tudo bem! Eu ia ganhar três vezes mais do que recebia no Juizado.

Foi a nomeação para o Serviço de Merenda Escolar?

Sim, nomeação como dietista etc. e tal. Logo depois surgiu o SAPS. E lá vou eu para o SAPS, desta vez, já nomeada mesmo, designada para o SAPS. Mas aí resolvi fazer um ano de nutrição na praça da Bandeira.

Antes de prosseguirmos, nós gostaríamos de fazer umas perguntas sobre essa sua experiência, que nós achamos fantástica e lindíssima, de ir caminhando para fazer as visitas domiciliares. A senhora não tinha medo? Havia algum clima de violência?

Não havia violência, de modo algum! E eu gostava daquilo. Primeiro, porque conversava com as mulheres, e eu tinha muita facilidade, sempre tive, até hoje tenho, de me comunicar com o pessoal humilde, mais modesto, principalmente na área rural. Hoje eu trabalho mais na área rural e gosto muito de conversar. Nunca tive dificuldade.

E não havia um clima de insegurança.

Não. Minha mãe achava que havia, mas eu nunca percebi.

E a senhora ia sozinha nas visitas? Porque era muito nova, na época, devia ter 17,18 anos...

Era! Mas eu ia sozinha, claro! Certa vez, saí da avenida Caxangá e comecei a andar procurando um tal de seu fulano... Nós levávamos aqueles papéis indicando: “Estrada não sei das quantas...” Houve um momento em que me perdi, não sabia aonde estava! Então, perguntei a um homem como fazia para pegar o bonde, ou o ônibus – aí já havia ônibus. Ele disse: “Mas a senhora quer ir para onde?” Respondi: “Para Madalena, onde eu moro.” – até hoje moro no mesmo lugar. E ele: “Mas a senhora está mais próxima do Jardim São Paulo!” Quer dizer, eu estava mais próxima daqui do que de lá. Então, havia atravessado a cidade,

devo ter andado uns seis quilômetros! E minha mãe não se conformava. Mas não havia violência.

Algum tempo depois, já no governo de Cid Sampaio, fui trabalhar no Coque. E apesar de todos os problemas do Coque, nunca me senti ameaçada. Nunca!

Coque é um bairro pobre de Recife, uma favela.

Era um bairro considerado perigoso, até a rua principal se chamava rua da Zoadá [risos]. Mas hoje está urbanizado, e é lá que se localiza o Tribunal de Justiça. Naquela época, era raro o dia em que eu não encontrava um ‘presunto’, como se diz hoje, uma pessoa morta na encruzilhada. E eu sempre me perguntava por que eles colocavam cinco velas, e não quatro, junto ao corpo? Uma na cabeça, outras nos pés, e mais outra: sinal do Cruzeiro do Sul. Pois bem, quando eu fazia pesquisa lá no Coque – aí já não havia mais a tutela da mamãe, eu já estava casada.–, e que ia procurar alguma rua ou local, eu encontrei muito isso: “A senhora não vá naquela casa ali, que não é casa para moça direita, ouviu?” Geralmente era casa de gays.

Olhe, também trabalhei muito tempo em Santo Amaro, que era uma zona mais ou menos semelhante, e a experiência que tenho é que, aquele que era identificado como assistente social era sempre preservado e respeitado.

Era exatamente isso que nós queríamos perguntar, se a senhora sentia que era identificada no seu trabalho pelas pessoas dessas comunidades.

E reconhecida! Mesmo nas pesquisas, sempre fui reconhecida como aquela pessoa que estava lá para fazer alguma coisa, mas que não pertencia ao meio. Mas não era rejeitada, certo? No Coque, eu estava fazendo uma pesquisa em função de um problema de habitação.

Em Santo Amaro já era diferente! Porque eu era assistente social da LBA, que sempre foi assistencialista e, à época, dava tudo. Eu podia ser identificada, por exemplo, pela prestação de serviço. E, realmente, sempre entrei lá sem problemas. Nunca tive problema!

Quando era diretora da Escola, tive uma estagiária cuja família era da classe alta, menina muito bem preservada, e o pai me mandou dizer que ela não iria fazer estágio em Santo Amaro, que não iria lá sozinha para fazer entrevista, só se fosse com o irmão. Eu disse a ela: “Você vai ter que se decidir se vai ser assistente social ou se vai seguir uma outra profissão. Porque aqui, como minha estagiária, você irá.” Ainda hoje tenho esse procedimento. Essa história do soldado me dizer... O policial é uma outra história, o policial tem medo. Como ele tem medo! Um medo incrível! Fazer um policial fardado entrar numa favela... Mas eu convenci.

Convenceu-o de que ele deveria entrar?

Ele ficou consciente de que, se eu confio nele, com a minha segurança... Na primeira turma que tive aqui, um deles me perguntou: “Uma assistente social não vai conosco?” Eu disse: “Você está me decepcionando! Porque eu confio em você a minha proteção, a minha segurança, e você quer que eu vá defendê-lo!” Esse medo é um dos nós da formação policial. Muito medo. Eu nunca tive, acho que nunca houve razão para isso, embora, já nos anos 60, quando eu fazia supervisão, eu encontrasse essa resistência de pais de alunos, por exemplo. Por sinal, a estagiária do caso que relatei foi uma das melhores alunas que tivemos, e mais tarde ela até assumiu a FEBEM.

Queremos deixar registrado o esclarecimento de que, no momento, Anita Aline está trabalhando em um projeto de capacitação de policiais, da polícia comunitária, daí o comentário anterior. Mas estávamos conversando sobre...

O programa assistencial no Juizado de Menores, em que eu estava engajada. Havia, por parte do dr. Rodolfo, uma preocupação em proteger a criança e o adolescente, mas não necessariamente através do internamento, que era a tônica da época.

Na verdade, ele estava propondo uma política alternativa.

Exato! Não há dúvida de que era um programa alternativo.

E onde as crianças eram internas? Naquela época já era a FEBEM?

Na época, havia os abrigos do Juizado, que eram da pior qualidade. Eu só vim a saber disso algum tempo depois, uma vez que, no período em que eu trabalhei lá, não tive acesso aos abrigos, porque eu era muito nova e uma espécie de auxiliar, então não lidava diretamente com os alunos. Mas havia alguns abrigos, e os mais conhecidos, para os meninos, eram: Patos, para onde mandavam os piores, entre aspas, e Jangadinha. E para as meninas eram o Bom Pastor e um abrigo também. O interessante, na época, era como se trabalhava com o menino. O que prevalecia era o Código Melo Mattos, pelo qual o juiz era uma reprodução do *pater família* e fazia da criança o que lhe desse na telha. Embora ele ouvisse os pais, estava sempre acima deles. Então, o juiz decidia a vida do menino!

Fale um pouco mais das condições precárias dos abrigos, como era, de fato.

Ah, sim. Às vezes, o juiz dizia: “Não mande esse menino para o abrigo. Mande-o fazer uma escola agrícola.” E o internávamos em uma escola agrícola que ainda hoje existe, não com a mesma finalidade. Eram verdadeiros depósitos, e o menino ficava lá. Se tivesse pai e mãe, quando completasse a maioridade, era possível que voltasse à família. Agora, se não tivesse, a saída sempre foi: Marinha ou Exército.

Serviço militar, não é?

Eu jamais entendi isso! “E quando esse menino completar a maioridade?” “Se ele não tiver ninguém, vai para a Marinha!” Ou então: “Vai para o Exército!” “Mas, e depois?” “Ele vai seguir a própria vida, porque já será maior.”

Havia também, no Juizado, um serviço de colocação familiar. E isso se justificava com o Código. Por que se fazia isso? Porque o juiz era supremo. Eram muitas meninas internas! Então, as boas famílias retiravam as meninas e o Serviço Social ajudava na colocação familiar. E essas meninas iam trabalhar em casas de família. Passavam dois, três meses, é claro que algumas não se adaptavam, outras se adaptavam muito bem, mas na verdade temos de reconhecer que era um ato arbitrário. Dispunha-se da vida das meninas. O dr. Rodolfo, certamente, tinha em mente criar um grupo familiar no qual a menina pudesse se desenvolver. Mas a colocação familiar era prevista, e as meninas eram colocadas nas famílias. Hoje, é claro, só temos restrições com relação a tal procedimento.

Algum tempo depois, quando eu já estava na FEBEM, recebi a mulher de um político que me perguntou se não havia uma menina que ela pudesse levar para casa. Mas não em termos de adoção. Disse: “A senhora sabe, eu tenho filho, e a gente tem muito medo de doença sexual.”

Qual foi a sua resposta?

Coloquei-a para fora da minha sala. Era a mulher de um político – ainda é viva, ele já morreu.

Voltando à sua experiência, a senhora foi para o Rio fazer o curso no SAPS, na praça da Bandeira, não é? Estamos falando da primeira parte do Rio.

Sim. Mas aí já era diferente. No SAPS foi um curso de nível superior.

Mas a senhora ainda não tinha concluído o seu curso de Serviço Social, embora já houvesse feito o curso de nutrição no Ceará. Esse curso de nutrição tinha equivalência a um curso universitário?

Não, não!

Mas dava acesso a esse outro, do SAPS, sem necessidade de vestibular.

Não tinha vestibular. Você entrava porque havia tido todo aquele início, que era aproveitado, então, éramos encaminhados.

E como era o curso?

Como qualquer outro curso acadêmico, onde se dava dietética, fisiologia, nutrição, patologia, higiene social, não sei quê... Essas coisas.

Tinha a duração de um ano?

Dois, dois. Como se fosse um semestre, não é?

Mas não de nível universitário, e sim um curso de extensão, de aperfeiçoamento, correto?

Era um curso que estava sendo promovido para a formação de nutricionistas. Ao concluir, obtinha-se o título não de nutricionista, mas de dietista. E eu trabalhei como dietista no estado.

No Rio, aonde a senhora ficou morando?

Em um pensionato em Botafogo.

Mas recebia alguma bolsa? A senhora manteve o seu emprego daqui?

Não tínhamos bolsa no curso. Tínhamos o equivalente a uma remuneração, mais ou menos em torno de 1.500 cruzeiros, que dava para nos mantermos. Creio que era isso que recebíamos, porque estávamos ali quase como funcionários. Não éramos funcionários, mas funcionários prometidos.

Era uma espécie de pré-contrato. Ou seja, vocês eram pré-contratadas para fazer o curso e ingressar no SAPS. A idéia era essa?

Exatamente. Como professor, tínhamos sobretudo Dante Costa, um grande nutrólogo da época. Grande nutrólogo! Dava aulas maravilhosas e tinha pesquisas na área... Lembro-me muito daquele tempo...

O curso que a senhora fez no Ceará deve ter ajudado bastante.

Sim, ajudou. Mas não vi nada de novo! Porque eu já tinha prática de restaurante! E embora essa prática fosse de apenas seis meses, ficávamos o tempo todo no restaurante, e um restaurante maior. Além disso, agora, não tínhamos plena responsabilidade na divisão do trabalho, ou seja, não se tomava conta de almoxarifado, e já havia nutricionista, estávamos ali e tal em termos de dieta. Era dieta. Quando se tratava abastecimento, na época, já havia uma divisão de trabalho. Mas você trabalhava.

E em relação aos professores, a senhora sentiu alguma diferença? Porque nós ficamos curiosos de saber quem dava aula para vocês em Fortaleza.

Ah, em Fortaleza, os professores eram internos. Alguns moravam lá. As nutricionistas eram americanas e havia agrônomos do Ceará mesmo, que não moravam no prédio da escola. E tínhamos uma coisa interessante: higiene e puericultura. O primeiro parto que vi na minha vida foi nesse curso, pois tínhamos que ir à maternidade conhecer a vida. Muito interessante. Uma beleza! A filosofia era a seguinte: você está em uma comunidade carente, como pode se preparar? E havia também a perspectiva de nos sensibilizar para a vida, para aquela criança que nasce e que vai morrer de fome. Então, se você vê o nascimento...

Cria um laço, não é?

Exato. Além de higiene e puericultura, tínhamos fisiologia, com professor local, e alguma coisa de administração, mas administração de restaurantes que se destinavam a refeições coletivas. Os professores americanos eram basicamente da área de nutrição e da administração.

E no Rio?

No Rio, não havia americanos, eram professores de universidades mesmo. Da Universidade de Brasília, naquela época... Eu não me lembro muito dos outros, mas Dante Costa era uma pessoa que se sabia que estava nisso tudo; Amir Frejat, que era da Campanha Nacional de Merenda Escolar; havia um, que depois tornou-se presidente da Campanha – não digo o nome dele agora, ele tinha um pouco de briga por aqui. Naquele tempo, passamos a conviver, por exemplo, com Josué de Castro, Oswaldo Lima, Néelson Chaves, Orlando Parahin, Jackson Ferreira Lima... Néelson Chaves não era da linha de Josué. Era uma linha de nutrólogos.

Não tenho grandes lembranças desse período no Rio. Para mim, foi um período um pouco atravancado. Além do mais, surgiu aquela dúvida: ficar ou não, trabalhar aonde? E o SAPS dizia: “Você não vai trabalhar necessariamente em Recife.” – não havia restaurante em Recife. Comecei a pesar as circunstâncias. Quando voltei para Recife, continuei no Juizado e na Merenda Escolar. E então, quando a nomeação saiu, mesmo, não me interessou, porque era para funcionar num serviço de educação alimentar, com o qual eu não me identificava muito – eu me identificava mais com aquelas pessoas do Juizado. Depois, iria ganhar menos e estava prestes a casar. E como eu ia casar e deixar tudo, porque minha perspectiva era: eu não caso para trabalhar fora... Mas, sete anos depois de casada, eu voltei a trabalhar.

Quando voltou, a senhora foi trabalhar com o Néelson Chaves na Secretaria de Saúde, não é?

Não. Quando voltei, não encontrei mais Néelson Chaves, já fui trabalhar na Secretaria de Educação, para onde a Merenda Escolar havia sido transferida.

Ah, sim! E o curso do SAPS foi em que ano, mais ou menos?

Em 1949, 1950, 1951.

Certo. Quando a senhora retornou a Recife, o governo Agamenon já estava instalado, não é? Ele foi eleito em 1950... Só uma pequena pausa sobre esse assunto. A senhora tem quantos filhos?

Só tenho um filho. Está com 47 anos.

E em que ano se casou?

Eu!? Acho que em 1952.

Seu marido era de outra área. Não tinha nada a ver com as coisas que a senhora fazia...

Meu marido era maranhense, ex-seminarista, conseqüentemente, tinha uma formação muito mais ligada à filosofia. Depois, ele fez contábeis, e fazia auditoria. Não sei mesmo se o senhor meu marido tinha, de fato, o curso de contábeis. Sei que ele trabalhava nessa área para uma empresa, um grande laboratório, o Pinheiros, fazendo auditoria junto às filiais. Saía de uma filial e ia para outra. De modo que eu tive não sei quantas casas e, ao mesmo tempo, nenhuma. E grande parte moramos em hotel, pois não sabíamos quanto tempo ele ia passar junto à filial... Morei no Rio, no hotel Flórida, atrás do Novo Mundo... Fiquei um bocadinho de tempo no hotel Flórida.

No Catete. Dona Anita, a senhora disse que o seu marido era católico. E a senhora tem formação religiosa?

Não, eu continuo católica, mas não sou piegas... Minha mãe sempre reagiu muito a isso também. Frequento regularmente a igreja, tenho prática religiosa, mas discordo de uma porção de coisas da Igreja quanto à organização. Eu sempre procuro distinguir a organização da religião. A organização é uma coisa...

[FINAL DA FITA 1-B]

E não participa de movimentos leigos, como a Ação Católica?

Não, nunca participei de JEC, ou de JUC, nem participo. Sempre associei esses movimentos à elite, talvez porque não os conhecesse suficientemente. Mas as pessoas com que eu mantive contato, por exemplo, no meu grupo da Escola de Serviço Social, ninguém era militante. Não se ia procurar militantes desses grupos junto à Escola Pinto Júnior, porque, naquela época, a escola não era tão popular quanto é hoje. Então, no meu círculo, não havia

ninguém. Quando entrei na Escola de Serviço Social, me deparei com as noelistas, Glorinha Andrade Lima... Mas eram todas gente da ‘alta’.

Quem eram as noelistas?

Eu sei lá! Eram as noelistas¹! Acho que eram jovens universitárias da Ação Católica. Noelistas! Eram Maria do Carmo Baltar, Maria José Baltar, Glorinha Andrade Lima, Carmem Cavalcanti, Judite da Mata Ribeiro – de quem fui colega muito tempo –, Enjupe Ajuricaba ... Eu não me identificava, jamais me identifiquei. Acho que sempre fui conservadora. Não me intitulo como conservadora, mas tenho a impressão de que a educação no grupo familiar não me deu chance de me articular com um grupo de classe média alta, que eram os grupos que participavam da Ação Católica. Basta ver Marco Maciel. Nunca fui militante e também não sou militante partidária. Absolutamente. Nunca fui, embora tivesse grandes amigos políticos.

O que a motivou a fazer o curso da Escola de Serviço Social e a se dedicar a essa área?

Foi isso: “Você já está trabalhando aqui. Poderia fazer isso como assistente social.” “E o que é ser assistente social? Eu não sei o que é isso.” “É fazer o que você está fazendo!”

E que gostava muito, não é?

Gostava. E então resolveram me apresentar a Lourdes Moraes, que disse, diante do discurso que eu já devia ter, que não havia necessidade de eu fazer vestibular. Não fiz vestibular para entrar na Escola, levei o meu estudo, sei lá! Gostei da conversa com Lourdes. Ela me explicou o que era a Escola, mas eu não entendi muito bem. Fui porque a colega me disse que valia a pena ir, mas eu não entendia bem o que era, não.

Logo que cheguei, uma pessoa que impressionou foi Dolores Coelho. Dolores começou a falar de Etelvino Lins. E minha família... Meu pai era paraplégico, de modo que aprendi muita coisa com ele. Ele falava de política e, do seu ponto de vista, Agamenon Magalhães era um grande homem, cujo erro, na verdade, foi ter tornado a cooperativa obrigatória. A cooperativa não podia ser obrigatória, mas acontece que era cultura popular! Ele tinha que fazer daquele jeito! Meu pai era de cooperativa. De modo que eu, claro, entendia que estava tudo ótimo, lindo e maravilhoso. No meu esquema, o mundo era ajustado, não existiam classes. Para mim, não existiam. Nunca me perguntei por que eu era pobre e o outro era rico. Jamais!

Na Escola, em uma das suas primeiras aulas, Dolores, que falava como se já tivéssemos participado de toda a sua filosofia, começou a mostrar o que era ditadura. Puxa vida! O que é isso!? Anita está toda errada. Um mundo abriu-se para mim! Eu despertei para um mundo que não conhecia!

Dolores Coelho dava aula de quê?

De Serviço Social. Antes não havia Serviço Social de caso, de grupo, comunidade. E ela dava aula de Serviço Social, como deve ser, certo? Era o mesmo Serviço Social que se faz hoje. O que eu aprendi de Serviço Social, aprendi com a Dolores. Foi aí que comecei a entrar na crítica da sociedade. Foi, sim! Até então, eu não sabia o que era o social!

Hoje, temos um mestrado de Serviço Social para os professores, em convênio com a Universidade Estadual do Ceará, e, naturalmente, há professores cursando que não são assistentes sociais. Uma administradora, que é minha orientanda, diz: “Vocês me fizeram descobrir umas coisas... Antes, para mim, tudo era ajustadinho! De repente, meu mundo caiu!”

¹ Grupo religioso, de Recife, cujos membros pertenciam à elite local.

Tenho a maior dificuldade com essa orientanda – é uma pessoa extremamente competente, extremamente inteligente –, porque é muito arraigada nela a noção de equilíbrio. Acho que é exatamente o que eu senti, embora já se tenham passado 50 anos. Mas era isso! O mundo, para mim, era ajustado! Em equilíbrio perfeito! Tudo bem! Quando entrei na Escola de Serviço Social, verifiquei que aquilo tudo não existia. Que havia uma coisa que se chamava autoritarismo. E que havia uma coisa, principalmente isso, um tal de conflito de classes. Bem, aí a coisa pegou, e eu comecei, realmente, a entrar por esse campo. Foi o que me prendeu na Escola.

E como era a Lourdes Moraes como professora?

Lourdes era extremamente preocupada com a ética e a moral. Quando eu estava prestes a casar, até me perguntou: “Você gosta desse homem?” Respondi: “Não, mas vou casar. Preciso casar!” A Escola de Serviço Social não era uma academia, era um pouco confessional, religiosa, e Lourdes se instituía como protetora, garantidora, avalista dos direitos e dos deveres. De modo que os alunos e as alunas, principalmente, tinham de assumir um padrão moral. Tanto que algumas pessoas eram meio marcadas, eram, como se diz hoje, excluídas. Namorar homem casado, por exemplo, era o fim. Assistente social não podia fazer isso. Tinha de ser bem acompanhada.

E isso não se dava somente no Serviço Social, porque dona Cecília Sanioto – foi quem criou o curso de enfermagem na Universidade Federal de Pernambuco, era chilena, já morreu – foi fazer uma exposição na Escola de Serviço Social quando eu freqüentava, e a exposição sobre o curso de enfermagem não foi muito diferente. As pessoas também eram obrigadas a um código moral! Os professores e professoras cuidavam até da roupa e do sapato que a aluna de enfermagem ia usar, da maneira como se apresentava. A Escola de Serviço Social era um pouco isso.

A senhora disse uma frase ótima: que a Escola, na realidade, não era uma academia. Mas e a qualidade das aulas, dos cursos?

Excelentes! Aprendi muito lá. Quem eram os meus professores? Direito constitucional, tive com o desembargador Luís Marinho, um grande civilista; direito penal, com o desembargador Souto Borges, um dos grandes penalistas da época; direito do trabalho, com o Fitador Rocha, um grande geógrafo que era, sobretudo, delegado do Ministério do Trabalho e extremamente competente; e direito e legislação de menores, com o dr. Rodolfo. A formação era, de fato, muito versátil. Tínhamos higiene, com o dr. Raimundo, fisiologia, patologia, com o Francisco Montenegro, com quem aprendi muito a respeito de doenças, tínhamos nutrição, com João Parahin, mas naturalmente fui dispensada... E aí entrava o social, mesmo. E o que comandava a formação do Serviço Social, inicialmente, nos anos 1950, era a tendência higienista. Era a tendência higienista!

Eram muitas disciplinas. Dava-se psiquiatria social... e sociologia?

A sociologia que eu tive foi muito ruim, porque quem dava era o Luís Delgado, e ele só falava em bem comum. Como fiz o curso em três etapas, já vi isso nos anos 1960, quando tive pesquisa com o Paulo Maciel, que também só ensinava a fazer questionário – ele que me desculpe, mas era isso. Mas nessa época minha formação já era outra, e passei a exigir também dos professores. Foi então que tivemos organização social da comunidade, com a Hebe Gonçalves, grande professora.

Só falei de duas professoras: Lourdes, que teve uma grande influência, mas uma influência moral, pois ela era o esteio, o superego da escola, e Dolores Coelho. Agora, o muito que eu

aprendi em termos de saber e de vida também foi com Dolores e com Hebe Gonçalves, que foi minha guru. Trabalhei com Hebe e acho que assimilei dela muita coisa, qualidades e defeitos. Sempre a admirei profundamente e, é claro, tínhamos que brigar, não é? E nós brigamos. Tínhamos de brigar. Quando a gente fica igual, tem que brigar. Depois, fizemos as pazes, mas nunca fomos as mesmas.

Qual era a formação de Dolores Coelho, Hebe Gonçalves? Elas estudaram fora, tinham curso de assistente social? Qual foi a trajetória das duas?

Quando o dr. Rodolfo decidiu fundar a Escola de Serviço Social em Recife – eu não sei mais contar a história da Escola –, ele mandou três pessoas fazerem o curso de Serviço Social no Rio, no Instituto Social, que hoje é a PUC, ali no Humaitá.

O Instituto Social virou a PUC do Rio?

Eu não diria isso com certeza. Mas o Instituto Social abrigava a nata da sociedade.

Na época, já havia a Escola de Serviço Social de São Paulo, que foi a primeira a ser fundada.

Sim, mas ele as não mandou para São Paulo, mandou para o Instituto Social, no Rio, cuja orientação era a do Serviço Social belga. Eram as belgas! Eu ainda conheci *mademoiselle* Marsaud, porque nos primeiros tempos de Serviço Social... era belga.

Então, Rodolfo Aureliano mandou as três fazerem o curso: Hebe Gonçalves, Glorinha Andrade Lima e Lourdes Moraes.

E a Dolores Coelho, não?

Sabe que eu não... Dolores foi! O orientador dela foi dr. Alceu Amoroso Lima, que era professor. Só agora estou associando os fatos. Tenho a impressão de que Hebe deve ter ido depois, porque as três eram essas: Lourdes, Glorinha e Dolores. A primeira a voltar foi Lourdes, que assumiu a direção da Escola de Serviço Social, em Recife. O curso era exatamente para dar sustentação à Escola.

O pessoal não gosta que se diga isso. Eu sei que Nadir Kfourri, de São Paulo, danou-se – a expressão é essa – quando saiu o livro da Marilda, *Serviço social e relações sociais*, que foi um marco no Serviço Social, trazendo na capa uma fotografia da primeira turma de Serviço Social em São Paulo. Claro que Nadir estava nesse grupo. E Marilda diz no corpo do livro que as alunas que cursavam Serviço Social eram moças da alta sociedade – no Rio também! –, quatrocentonas de São Paulo, que faziam o curso de educação familiar, porque moça “de bem” ia fazer o quê? Não ia entrar pela medicina, porque, naquela época, uma moça estudar medicina era um horror! Meu pai e minha mãe, que tinham certa ascendência intelectual, diziam: “Estudar na Escola Normal – que era o Instituto de Educação –, onde o professor Escobar leva animais para a sala de aula, para as meninas distinguirem o que é macho e o que é fêmea, você não vai!” Por isso, estudei na Pinto Júnior, que era intermediária e não tinha o dr. Escobar. Certamente, devia ser uma escola interessante. Veja, no Instituto Social, elas faziam educação familiar, então, eram pessoas bem-nascidas.

Mais tarde, tive oportunidade de verificar isso. Houve um congresso de Serviço Social, no Rio, creio que em 1951, quando eu estava em Recife e nem sabia o que era Serviço Social, e eu fui a esse congresso. O deputado Nilo Coelho, cujas sobrinhas, Juarezida e Ieda, eram minhas colegas, conseguiu que fosse votada uma verba para irmos a esse congresso. Foi quando conheci o Instituto Social da *mademoiselle* Marsaud. Guerreiei bastante com

mademoiselle, porque naquele tempo eu fazia miséria! Inventei, íamos fazer um pastório... *mademoiselle* Massot. Nesse período, conheci a Ana Augusta Almeida, uma das assistentes sociais que têm uma corrente fenomenológica – hoje já está aposentada.

Ela era do Rio ou de São Paulo?

Do Rio. E eu vi! Não havia ninguém pobre, nenhum favelado. Aluno de Serviço Social e aluno de educação familiar eram gente muito bem-nascida. Só para dar uma idéia do que era o Serviço Social naquela época, havia toda uma oposição, toda uma resistência contra uma escola no Rio, de dona Terezita Fontes da Silveira. Diziam que a escola de dona Terezita não prestava, por quê? Porque dona Terezita, na verdade, era amante do ministro do Trabalho.

Quem era o ministro do Trabalho na época?

Não tenho certeza, mas acho que era o Macedo Soares.

Confere, porque já nos falaram sobre isso, sabe? [risos]

Dona Terezita Fontes da Silveira. E em todas as discussões que ocorreram nesse congresso, tudo o que partia de Terezita não se apurava.

Em que local foi realizado o congresso?

No Ministério da Educação. E houve uma parte internacional que foi realizada no Quitandinha. Porque todo mundo era pobre... Incrível, não é? [riso]

Um congresso chiquérrimo! A senhora está caracterizando o clima existente de uma forma muito interessante.

Essa é a minha maneira de ver.

Nós gostaríamos de fazer uma pergunta no seguinte sentido: a senhora disse que o Serviço Social, no seu início, na virada dos anos 1940 para os anos 1950, foi muito marcado por uma tendência higienista. Há pouco, referiu-se à frequência de alunas. Outro aspecto que também caracterizava o serviço social era a filantropia, por isso a presença de senhoras e de moças de boa sociedade?

Certamente. Certamente. Quer dizer, acredito que nem todas estivessem ali com esse propósito, mas, convivendo mais com o pessoal de São Paulo... Por exemplo, Nadir Kfourri ficou muito irritada pelo fato de se dizer que as pessoas ali eram quatrocentonas. Não deixavam de ser! E muitas delas estavam envolvidas com a Igreja. A Igreja teve uma importância enorme no Serviço Social! Em Pernambuco, não sentíamos muito isso. A única escola leiga em todo o Norte e Nordeste foi a de Recife! Ela nasceu pela mão de um ‘catolicão’, está certo, mas um juiz de menores, não foi pela mão da Igreja. Mas se considerarmos Alagoas, Paraíba, Ceará, Maranhão, Bahia... todas foram missionárias!

A Escola do Jesus Crucificado era uma escola confessional, mas não era controlada por ordem religiosa.

Não! De jeito algum! Era leiga. Uma coisa interessante ocorreu quando a Escola de Serviço Social passou para o âmbito da universidade- nós não sabíamos quem mantinha a

Escola- Dr. Rodolfo foi o fundador, depois que ele morreu, Lourdes continuou o trabalho, todo mundo continuava, e a escola era auto-suficiente. No processo de transição para o âmbito da universidade, foi necessário formalizar isso, dizer quem a mantinha, para poder passar o recibo. Afinal de contas, alguém tinha de pagar a luz! Foi quando verificamos que não havia uma entidade mantenedora. Foi criada posteriormente.

Mas os professores recebiam salário!

Claro, recebiam um salário! Mas é a tal história, quando me tornei professora da Escola, nos anos 60, pagavam-se 5 cruzeiros a aula. E os recursos vinham dos próprios alunos.

Então a Escola de Serviço Social não era gratuita.

Não, era paga. Mas uma quantia ínfima. Acho que a escola também recebia subvenção.

Da Igreja?

Não sei se da Igreja ou não; sei que recebia. Naquele tempo não havia as subvenções que os deputados davam, de 3 mil cruzeiros? Acho que a escola tinha subvenção do governo estadual. Agora, da Igreja, me parece que não. Sei lá! Nunca me pareceu que houvesse subvenção da Igreja. Eu tive, um professor padre, porque era Lourdes quem convidava os professores e, claro, não ia chamar nenhum protestante ou ateu – e ninguém se dizia materialista, não é? O meu professor de filosofia nos anos 50 foi um tal de Landelino, ou Laudelino... Sei lá! Laudelino Freire era outro.

A Escola tinha sede própria?

Sim, a LBA havia dado o dinheiro para comprar. Mas ninguém ensinava pelo dinheiro, porque, se contasse com isso, estaria morto! Todos os professores davam aula muito mais em respeito à Lourdes. Lourdes era uma pessoa que, por mais simples que fosse, sempre se impôs como diretora. Era extremamente respeitada. E estar na Escola de Serviço Social, certamente, dava título. Eu não ensinei no tempo de Lourdes, mas no tempo de Evany. Às vezes, Evany dizia: “Tem um envelopezinho para você.” Recebíamos aquele dinheiro e nunca ninguém exigiu nada além.

Já nos anos 60, a Escola evoluiu um pouco, com os convênios. Evany fazia enorme restrição aos convênios com a SUDENE: “Nós vamos ficar atrelados à SUDENE!” – era o termo que usava. Com isso, embora a Escola do Rio Grande do Norte houvesse feito e mantivesse um convênio de relações bastante estreitas com a SUDENE, a Escola de Serviço Social de Pernambuco levou muito tempo para firmar o primeiro convênio. Um convênio que ajudou muito a Escola foi com o UNICEF. Por aí, ganhamos uma caminhonete, uma Kombi, e a donzela da Escola não podia sair à noite, certo? Essa donzela tem muito o que contar. Não sei que fim levou. E recebemos um equipamento, já aqui para a universidade, que não sabíamos o que fazer: deve-se esterilizar ou não? Um negócio horrível!

Na realidade, a senhora foi aluna da Escola de Serviço Social por dois períodos diferentes: o de 1950, com Lourdes Moraes na direção, e outro quando Evany Mendonça era diretora, pois ela assumiu em 1961 e a senhora se formou em 1962. Nesses dois momentos havia diferenças de currículo?

Ah, muitas! Nos anos 50, a orientação do Serviço Social era belga! Não era o Serviço Social norte-americano, mas um Serviço Social visto a partir da Europa. E havia algumas

coisas interessantes. Por exemplo, estudávamos em um livro de *mademoiselle* Baers que não era publicado, e sim reproduzido, não sei se mimeografado... *Mademoiselle* Baers era alguma coisa na Bélgica, senadora, sei lá, e esteve no Brasil. Lembro-me dela, velha, andava de bengala... Pois bem, ela tinha uma definição de Serviço Social que nunca esqueci: “Serviço Social é um processo essencialmente educativo, que se propõe a ajustar as pessoas aos quadros sociais existentes.” Ou seja, o Serviço Social, na época, era o Serviço Social ajustador.

Ora, o que existe de questão social na Europa? É o que hoje Kolsoc ao tratar de política social, diz: “Por que não existe política social? Porque as pessoas estão saindo do mercado de trabalho, e é preciso fazer com que voltem.” Àquela época era mais ou menos isso, só que se falava em ajustamento. Então, está bem, deve-se ajustar! Eu sempre recebi as coisas sem muita crítica. E Dolores ensinava isso! Só que, quando ela falava de ajustamento, falava de outra coisa! Dizia que, na verdade, você não pode pensar em ajustar, mas levar essas pessoas a encontrarem o seu...

Voltando às diretrizes para a prática do Serviço Social. Para quem faz história do Serviço Social – eu não vejo o pessoal fazer isso –, creio que ainda existem documentos importantíssimos dessa época, da Conferência Internacional de Serviço Social, da União Católica Internacional do Serviço Social, a UCISS, da qual a *mademoiselle* Baers fazia parte, mostrando a diferença entre assistência, Serviço Social e ação social. Por esses documentos, o Serviço Social não se confundia com a assistência, mas se servia dela, e se relacionava com a ação social, esta voltada para a mudança de quadros. Então, o ajustamento era pensado em termos de ação social, não sendo da competência estrita do Serviço Social a mudança dos quadros. Isso caberia à ação social, que seria uma coisa muito mais ampla. E não deixa de ser.

[FINAL DA FITA 2-A]

Sob essa perspectiva, o Serviço Social é um agente de mudança.

Não há dúvida. Quando eu digo isso, hoje, o pessoal acha que não estou falando a verdade. Dizem que o Serviço Social, na época, era ajustador, assistencialista. Que ele praticava assistencialismo, não há dúvida, eu até concordo! Mas discordo de que ele tenha nascido como evolução da caridade, da filantropia. A meu ver, o Serviço Social surgiu com o Serviço Social belga, cuja perspectiva o situava entre a assistência e a ação social. Agora, o que o Serviço Social não falava a essa época, nos anos 50, era de lutas sociais, antagonismos de classe. Falava-se de desequilíbrio, que umas pessoas tinham mais, outras, menos. Na realidade, não sei se por influência do regime em que vivíamos, era só um bafejo de democracia, não havia uma doutrina marxista a orientar a prática do Serviço Social. Esta era muito mais de acordo com um ponto de vista liberal, numa linha de não se romper com os privilégios daqueles que possuíam, mas de querer que os demais chegassem lá. Agora, muito referenciada pela Gilda Moura. Muito!

Dolores Coelho não se enquadraria numa linha...?

Dolores falava de autoritarismo, de um Serviço Social que precisava ter o homem no centro, com seus direitos inalienáveis, que eram negados pelo Estado. Era um Serviço Social orientado por uma proposta democrática. Não era revolucionário.

Mas era um pouco diferente da orientação a belga.

Era, mas ela falava muito da ação social, colocando-a, inclusive, no movimento operário belga, ou seja, o movimento operário na base do Serviço Social. Dolores não aceitava o Serviço Social como evolução nem como forma de racionalização da caridade.

Se nós estamos entendendo bem, a senhora está deixando claro que, na sua experiência, e sobretudo em função da professora Dolores, a proposta de Serviço Social na Escola de Recife lida com a orientação belga de uma forma muito mais transformadora.

A meu ver, a noção de Serviço Social que era passada dentro da Escola e com a qual trabalhávamos era muito uma relação com a ação social.

Ou seja, ultrapassava a perspectiva de um ajustamento simplista, de uma visão filantrópica, assistencialista, estreita do Serviço Social. E a senhora percebe isso mais forte no seu primeiro momento na Escola.

Isso mesmo. Nos anos 1950 era isso – não digo a mesma coisa dos anos 60; aí o carro pega. Veja, Dolores vinha de uma dissertação – até hoje eu sugiro que essa dissertação seja publicada, orientada pelo Alceu – na qual ela valorizava a pessoa, os direitos da pessoa – porque, é claro, havia lá um pouco de comunismo, passava por aí –, não a tomando simplesmente como um objeto que se tinha de ajustar.

Fala-se muito do Serviço Social do pós-guerra, mas sua influência só chegou a nós nos anos 60! Porque nos anos 50 havia o Plano Marshall, que entrou com toda aquela coisa da assistência! Eu também fui vítima do Plano Marshall, e ele até me ajudou bastante. O Plano Marshall volta-se para o desenvolvimento da comunidade. As missões rurais de Itaperuna, no Rio de Janeiro, por exemplo, são embrionárias do desenvolvimento da comunidade! Existe um livro sobre isso! Foi quando se começou a fazer um trabalho em termos de Serviço Social por influência do Plano Marshall, que objetivava, sobretudo, mudar valores.

Quando voltei novamente para a Escola, em 1957, já predominava a orientação do Serviço Social norte-americano, com Serviço Social de caso, Serviço Social de grupo e de desenvolvimento da comunidade. Hebe havia chegado e começou a ensinar desenvolvimento de comunidade. Eu já havia feito Serviço Social, mas queria entrar na Escola outra vez, pois não tinha feito Serviço Social de grupo, que Glorinha ensinava. Ela disse: “É melhor deixar a Anita freqüentar, para ela não se prejudicar.” De modo que não tenho Serviço Social de grupo no meu histórico, mas, depois, fui ensinar Serviço Social de grupo – foi meu castigo. Aí, realmente, vamos encontrar a influência norte-americana. O Serviço Social de caso nitidamente voltado para o psicológico, com Florence Holis], o Serviço Social de grupo, que eu ensinava pela Konopka, Gisele Konopka, que depois esteve no Brasil. A Konopka, por exemplo, não fazia distinção entre Serviço Social de grupo e psicoterapia de grupo. Aí vamos encontrar o Serviço Social mudado! Um Serviço Social que trabalha com Florence Holis e tem a teoria da personalidade muito voltada para o comportamental, para o atitudinal... O Serviço Social de grupo, onde se trabalha dinâmica de grupo...

No final dos anos 1950, início dos anos 1960, quando a senhora está retornando à Escola, o Brasil está vivendo um momento político acirrado, particularmente em Pernambuco, a situação está pegando fogo.

Vamos chegar lá. Mas acontece que o Serviço Social estava montado assim, a formação da Escola era essa. E o fogo de monturo, por baixo, agindo subterraneamente. Então, começa-se a falar em SUDENE etc, e tal, Encontro de Salgueiro em 1959.

A senhora já havia voltado para a Escola, pois se formou em 1962.

Mas não entrei logo. Comecei a olhar, ficava naquela coisa e tal..... Fiquei andando com o marido, até o momento que disse: “Olhe, vou voltar para o Recife.” Isso deve ter sido em 1959, e eu me titulei por volta de 1961, 1962.

Um ano e meio, dois anos depois. Porque os créditos anteriores valiam, não?

Valiam! E quando voltei foi que encontrei a Escola com Serviço Social de caso, enfim, com uma nova orientação. O que se buscava? Socialização dentro do grupo, trabalhar os valores através de processos de socialização, através de pequenos núcleos. A assistência funcionava admiravelmente através dos grupos e com uma coisa chamada desenvolvimento de comunidade, que era o próprio Plano Marshall agora institucionalizado, que o Estado realizava. Então passamos a ter desenvolvimento de comunidade, quando caíram os holofotes e a Hebe passou a brilhar, e a SUDENE, com o Fernando Mota, dando muito apoio à Escola de Serviço Social. Foi quando teve início a grande discussão: desenvolvimento comunidade ou ação comunitária? Houve um seminário em Recife sobre esse tema. Mas o que tínhamos era desenvolvimento de comunidade, intervenção do Estado para o desenvolvimento.

Esse congresso foi em 1959?

Depois, quando a SUDENE já estava com o I Plano Diretor....

Ah, então já foi depois, em 1960, 1961, por aí.

Eu voltei para a Escola, mas estava um pouco afastada dessa história. Então começaram as aulas de desenvolvimento de comunidade, com a Hebe. Claro que Hebe era altamente conservadora. Sobre desenvolvimento de comunidade, não se podia falar de outra maneira. Ela era brilhante, mas defendia a intervenção do Estado; era o Estado respondendo por tudo e estabelecendo as diretrizes do desenvolvimento. Quando se começou a estudar Mirdall, a Escola sofreu uma renovação, com toda uma perspectiva voltada para o desenvolvimento; passou-se a dar sociologia do desenvolvimento, economia do desenvolvimento... Essa era a linha. Que eu não fiz, já estava fora. Mas eu via junto com a formação. Paulo Freire, nesse tempo, estava na Escola.

A senhora está construindo uma periodização: nos anos 1950, vê a Escola, de certa forma, rompendo com parâmetros assistencialistas, mais ajustadores.

Aqui ainda não!

Quando voltou, no fim dos anos 1950, você vê uma Escola retroagindo em relação ao que já havia encontrado anteriormente, por força sobretudo da orientação norte-americana, uma orientação bastante psicologizante, não é isso?

Não sei se posso chamar de retrocesso. Não creio que tenha sido retrocesso, e sim mudança. Tornou-se diferente, certo? Veja, não se negava a ação social. Só que a ação social passou a se chamar DC: desenvolvimento comunitário. Ao invés de o desenvolvimento se dar naturalmente por força da organização da sociedade, passou-se a ter a intervenção do Estado para o desenvolvimento. A ideologia do DC era essa: o Estado dando, quer dizer, há os mais desenvolvidos, os menos desenvolvidos... Agora, prevalecia uma orientação estruturalista, então o que Mirdall dizia? “Por que somos assim?” Porque, na verdade, temos: educação, saúde, trabalho, não sei quê... E propunha: “Vamos romper esse círculo vicioso pela educação.” Então, voltava-se tudo à educação para o desenvolvimento.

Vamos encontrar Paulo Freire, por exemplo, dando educação popular, orientando, fazendo trabalho, inclusive, na paróquia de Casa Amarela. Acho que ainda existem monografias dessa época em que ele atuava junto à Igreja, desenvolvendo um trabalho comunitário. Ele era do SESI. Nos anos 1960, vamos encontrar o SESI, o SESC e o SENAI com grande influência na Escola.

Sobretudo o SESI e o SESC, não?

Claro. Então, todo o trabalho era voltado para a socialização! O SESI não queria mudança alguma, e sim socialização. Para que servia o desenvolvimento de comunidade? Para que se pudesse adquirir aqueles padrões dos países desenvolvidos. Como? Através da educação. Está aí a idéia do Juscelino. Era mais ou menos isso.

Além do Paulo Freire, que outros professores havia nessa época?

Nesse momento, eu já não estava tão dentro da escola, porque tinha outro trabalho fora, então, ficava meio dividida. Mas havia o Dirceu Pessoa, e a escola passou a chamar ex-alunas para dar aulas: Lilia Collier, Maria Hermina Lira, que tinha uma agência de casos em Cabo Amarelo, em Vasco da Gama, Glorinha, que estava trabalhando no INSS – na época, era IAPC... sei lá! E o Serviço Social ainda muito voltado à socialização.

Acontece que o desenvolvimento de comunidade se faz acompanhar, de algum modo, de um movimento democrático, com a organização da sociedade, o fortalecimento do movimento sindical e a rejeição ao autoritarismo. Então, quando saí da escola, em 1962, já teve início um movimento junto às comunidades, e as pessoas começaram a pensar diferente e a se perguntar: “Por que eu me encontro nessa situação?” Até chegar em 1964, quando o pessoal da Escola foi muito visado, não porque fossem militantes do PC – alguns até eram –, mas pelo tipo de trabalho que realizavam, de organização junto às comunidades.

Antes de entrar nessa etapa, a senhora se formou, então, em 1962, já no governo de Miguel Arraes?

Acho que sim.

A senhora foi uma aluna atípica... Participou da formatura?

Participei. Fui oradora da turma. Mas acho que já estávamos meio distantes das coisas. Creio que terminei em 1961 e só fui para a sala de aula em 1962. Éramos eu, Dinorah Barbosa, que depois fez o curso de direito e hoje está totalmente aposentada, Lúcia Mello, que também teve um papel importante na vida da escola... Essas são as pessoas de que me lembro.

E a senhora fez um discurso radical na formatura? Como foi?

Não me lembro. Mas deve ter sido mais ou menos algo nesse sentido, que o Serviço Social, na verdade, tinha responsabilidade no desenvolvimento que se estava buscando. Alguma coisa nessa linha, pois sempre me bati por isso. Mas nunca fui de posições radicais. Quem me conhece sabe que eu não tomo posições muito radicais. Fui sempre conciliadora.

Após se formar, a senhora continuou ligada à Escola de Serviço Social de Recife?

Sim, como supervisora de alunos – só vou me tornar professora em 1962. Fui trabalhar na LBA, com a Merenda, então recebia o aluno e supervisionava a prática, supervisionava o

estágio. O supervisor não se considerava e não era propriamente um professor. Só passei realmente a ensinar depois que já estava algum tempo como supervisora de alunos. Se não me engano, em 1966, foi oferecido pela ABESS, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, o primeiro curso de aperfeiçoamento para docentes do ensino de serviço social. Quando eu ia à Escola, os contatos que tinha eram em função da supervisão do estágio, para dizer como iam as alunas, dar notas, essa coisa toda.

E a senhora ficou sabendo desse curso.

Não, eu já fiquei sabendo que havia sido indicada. As coisas eram mais ou menos assim. Acho que a diretora, na época, era a Evany Mendonça.

Sim, ela foi diretora por dez anos, até 1971.

Só?! Ela foi diretora por bastante tempo. Olha, para se ter uma idéia, nós não tínhamos pós-graduação, então, houve esse curso. E a ABESS, naquele tempo, era dirigida por Maria Amália Barroso, uma pessoa muito dinâmica. Tenho muito respeito por Maria Amália, mas alguns faziam severas críticas em relação a ela como um possível dedo-duro na revolução – Míriam Veras não perdoa e me garantia que... Talvez, por isso, Maria Amália quisesse dar uma certa reorientação na condução do trabalho docente, na formação profissional, na situação que se instalava após 1964, oferecendo um curso de aperfeiçoamento para docentes do Serviço Social. E lá fui eu.

Acho que foi indicação do pessoal, Hebe, Glorinha, etc. e tal, porque eu já estava ensinando Serviço Social de grupo no lugar da Glorinha, que havia se afastado para fazer mestrado. Foi o meu castigo, porque tive de estudar. Eu não sabia nada dessa história de Serviço Social de grupo. Mas já havia ensinado, já havia ensinado.

Acontece que me indicaram, e lá fui eu para o Rio. Fiquei um ano. Era um curso de aperfeiçoamento com duração de 12 meses. Para se ter uma idéia de que as coisas eram montadas com muita seriedade, havia professores como o Nílton Sucupira, o Dumerval Trigueiro...

Dumerval Trigueiro foi ministro, não?

Dumerval era uma beleza! Tínhamos também psicologia, e havia um historiador muito bom da Universidade do Brasil, Francisco Falcon, com quem vim a aprender história. Cheguei à conclusão de que não sabia nada!

Onde era esse curso, Dona Anita?

Algumas aulas, muito poucas, eram no Instituto Social, no Humaitá, e a maior parte era na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época, Universidade do Brasil, onde se localizava a faculdade. Havia uma parte de formação e outra de grupos operacionais, uma espécie de psicoterapia de grupo, que acompanhava o curso – por isso que, hoje, pensando nesse curso, acho que Maria Amália tinha outras intenções. Acho que éramos obrigadas a fazer Serviço Social de grupo, mas muito mais como aprendizado. Tivemos Serviço Social de grupo com Arlete – não me lembro mais o nome completo –, que era da Universidade Federal Fluminense, tivemos aula com a Nadir, vamos dizer, com o estrelato do Serviço Social. E ainda demos alguma coisa na linha de planejamento.

Mas era um curso de aperfeiçoamento?

Um curso de aperfeiçoamento! Era uma pós-graduação. Foram 12 doze meses, e até fizemos uma monografia! Depois, várias pessoas de todo o Brasil que haviam feito o curso solicitaram que ele fosse reconhecido como mestrado. Mas não foi.

Fale um pouco mais sobre esses grupos operacionais que a senhora mencionou.

Eu não sei, de fato, a que os grupos operacionais se destinavam, embora, na verdade, eles se propusessem a ser uma certa garantia à convivência e ao equilíbrio nas relações humanas, pois estávamos amigos das famílias de lá, certo? Agora, os grupos eram propostos como forma de aprendizado de dinâmica de grupo. E o que prevalecia à época? Era a teoria rogeriana, em que um fala, o outro ouve e não responde, a não ser fazendo eco.

De Carl Rogers.

Exato! Os grupos operacionais foram montados com base nessa teoria. Muitas pessoas reagiam à participação nos grupos, e eu jamais entendi por quê. Nos grupos, podia-se descobrir qualquer coisa, e o terapeuta não interferia. Aí me dava uma canseira danada de ir para lá e ficar um olhando o outro, então, eu sempre começava a falar, o que naturalmente era tido como uma forma de agressão. Mas tinha que falar mesmo. Tinha que falar. O meu grupo era ativo como uma aprendizagem de dinâmica de grupo, mas havia um pouco de catarse. Não sei que destino teve, acho que não prosperou muito além de umas três ou quatro sessões. Havia muita freira no grupo, e as freiras reagiam. A maioria dos professores de Serviço Social vestia hábito. Engraçado, depois de 1970, que eu me lembre, acho que ficaram muito poucos desse grupo. Tínhamos a Gurjão, do Maranhão, a freira...

[FINAL DA FITA 2-B]

A senhora estava falando das suas colegas do curso de aperfeiçoamento de docentes de Serviço Social, no Rio de Janeiro, em 1966.

Eu havia mencionado que era nítida a influência religiosa no Serviço Social e que a grande maioria nesse curso era vinculada a conferências religiosas. Tinha gente do Maranhão, da Paraíba, de Alagoas, a madre Zeli, de Santa Catarina... Havia dois leigos do Rio Grande do Sul, o Vasco e o Sílvio, que hoje são doutores e atuam na PUC do Rio Grande do Sul.

Essas pessoas eram diretoras das Escolas de Serviço Social.

Diretoras. E havia professoras que não eram diretoras, como o meu caso, mas que estavam na direção da Escola. A Teresa Simões, do Pará – já morreu –, não era religiosa, uma outra do Paraná também não era... Mas é importante dizer que havia um predomínio nítido do serviço social associado à Igreja Católica.

E de outras religiões?

Não. Era a Igreja Católica, mesmo. E até hoje. Apesar de que as Escolas, com a reforma universitária, não puderam ou não quiseram permanecer isoladas, então, procuraram se incorporar às universidades. O determinante principal foi a reforma universitária. Algumas já haviam se incorporado, nós não fomos umas das primeiras, mas tivemos de nos associar,

porque realmente não teríamos condições de continuar isoladas, já que o ensino básico iria depender de outros centros em outros campos.

Mais tarde vamos nos aprofundar nesse aspecto da integração das Escolas à universidade. No momento, gostaríamos de continuar a abordar a sua trajetória, falando sobre o seu curso de mestrado e o de doutorado. Antes, porém, uma pergunta: a senhora gostou desse curso de aperfeiçoamento? Ele foi importante, somou?

Eu sempre gostei de estudar, então, foi uma grande oportunidade, não só para mim como para os demais. O curso nos deu oportunidade de rever, ou de ver, até, alguns pontos importantes. Por exemplo, as aulas de Dumerval foram muito importantes para o Serviço Social. A idéia de “todos somos iguais”, levando à discussão do princípio de igualdade, foi fundamental. Lembro-me bem, por exemplo, do Nílton Sucupira, que foi um grande professor de filosofia... Agora, o curso era montado – hoje eu faço essa crítica, mas na época eu não tinha condições de fazê-la – muito mais à direita do que à esquerda.

Mas várias dessas assistentes sociais eram de esquerda, não? Mesmo sendo ligadas à Igreja, também não tinham influência dessa...?

Sim. Mas, veja: lá não havia pós-graduados, mestres, doutores, nada! Tínhamos professores com muita experiência, com um saber adquirido na graduação. Então, defrontavam-se com novas questões, porém, dentro da ideologia conservadora. Foi a marca do curso. Não sei se o segundo curso, em 1967, foi nos mesmos moldes. De todo modo, foi uma grande iniciativa da ABESS, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, que possibilitou à maioria dos professores reformular seus planos de ensino.

Só uma curiosidade: a senhora falou que o Falcon² dava História, e que só então você começou a aprender.

Aprendi História! Porque eu só conhecia a História cronológica, a História dos vencedores! E com o Falcon, eu me obriguei a ler, por exemplo, não sei se foi Capistrano... mas alguma coisa nessa linha. E eu vi o seguinte: era preciso ter outras fontes. Porque a História era dinâmica. Ele relacionava, por exemplo, a Revolução Praieira de 1848, o que jamais alguém havia feito antes. Para mim, foi importantíssimo ter História, mas uma História dinâmica, um processo histórico, e não uma História cronológica. Importantíssimo! Até então, ninguém falara nisso.

A questão da importância de uma assistente social saber História, História do Brasil especificamente, era discutida, era colocada?

Não sei. Quem fazia a unidade do curso era Maria Amália, e ela tinha seminários onde, de alguma maneira, isso ficava relacionado. Mas não era uma preocupação substantiva no curso, não.

Na sua opinião, é importante para uma assistente social saber história?

² Francisco José Calazans Falcon, professor titular, aposentado, de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História de Universidade Federal Fluminense, e professor da PUC do Rio de Janeiro.

Demais! Demais! É fundamental! Mesmo que não comece com a História do Serviço Social. Eu quero o processo histórico. Isso é fundamental na formação da assistente social.

E existe a cadeira de História no currículo do Serviço Social?

Não. Você estava me perguntando se eu participava. Engraçado, acho que eu até participava das coisas, mas não dava valor. Em uma das reuniões de ABESS de que eu participava, eu defendia uma disciplina: processo histórico e Serviço Social. Mas nas discussões que ocorreram em uma conferência da ABESS sobre revisão curricular, sei lá o quê, em Natal, houve tanta confusão que a disciplina terminou como história do serviço social. Até hoje eu brigo por conta disso. Não foi o que eu propus. Aí o pessoal vai dar São Tomás de Aquino, aquelas coisas... A meu ver, deve-se colocar o Serviço Social conjunturalmente, de tal maneira que se possa relacionar o que se fala tanto em qualidade, não sei quê... Vamos inserir! Acho a História fundamental. Fundamental. É difícil trabalhar na conjuntura atual sem ter condições de analisar o que se passa pela luz do passado. E acho que assistente social trabalha assim, conhecendo apenas a realidade que se apresenta. Mas ele não pode simplesmente se deter aí, também tem que lançar leis e explicar o que aconteceu antes.

Esse curso, então, foi muito bom para a senhora.

Eu não tinha nada, tudo o que me aparecia era ótimo! Eu já disse que revista americana na época da guerra também era uma grande coisa. Então, sempre procurei aproveitar as oportunidades que surgiam. Vamos fazer minha trajetória para ver aonde quero chegar. Em 1966, eu estava no Rio e, embora não tivesse uma situação definida, já era contratada da LBA, em Recife. E uma assistente social do Castelo Branco – não me lembro o nome agora – me chamou para fazer a reestruturação da LBA.

Uma reformulação da estrutura da LBA nacional?

Sim, uma reestruturação total, por idéia de Castelo Branco. Ela chamou a Nadir Kfourri, que era diretora da Escola em São Paulo, para fazer um seminário, do qual fui convidada a participar. Quando saí do Rio, já saí mais ou menos certa de que, quando chegasse em Recife, teria de assumir a Divisão do Serviço Social. É... a coisa cantou a pedra.

Participei do seminário, como sempre, disse as coisas que eu pensava e, quando voltei a Recife, acho que em 1967, o Serviço Social de Menores, que eu havia deixado, tinha se convertido, como todos os demais, em FEBEM. Então, como funcionária do estado, fiquei aqui na FEBEM. E aqui eu continuei a minha vida.

Só para recordar, no primeiro governo de Miguel Arraes, em 1962, a senhora foi lotada no...

...Serviço Social de Menores, da Secretaria de Justiça. Antes de Arraes, o governador era o Cid Sampaio, não?

Sim. Ele foi eleito em 1958 e governou de 1958 a 1962

Então, foi no governo de Cid Sampaio que eu era funcionária do estado. Mas estava em busca de ganhar mais dinheiro. Na época, funcionava, em Recife, na Conde da Boa Vista, esquina com a Oswaldo Cruz, a chamada Fundação da Promoção Social, de Paulo Machado Moreira, como sempre ligada à Merenda Escolar. E todo mundo tinha condição de trabalhar na fundação. Pensei: “Também vou.” O que eu ganharia, iria somar uma boa gratificação ao meu

salário. Lá fui eu. Mas, quando cheguei, parece que o espaço da Merenda Escolar já estava ocupado, então, fiquei no Programa de Habitação, juntamente com o Marco Aurélio de Alcântara – pessoa maravilhosa, que pode dar um bom depoimento.

Marco Aurélio de Alcântara é assistente social?

Não, era sociólogo, hoje, não sei mais o que é. Só sei que, todas as vezes que eu viajo, sempre o vejo no avião. A impressão que me dá é que ele está sempre viajando.

Bem, foi em função desse Programa de Habitação que cheguei ao Coque, para trabalhar em pesquisa de habitação. Cid tinha um programa de habitação popular e tal, e eu fiquei na Promoção Social. Quando Arraes assumiu, transformou a Fundação da Promoção Social em Movimento de Cultura Popular, com a Anita Paes Barreto. Eu ainda continuei, mas vi que não teria espaço, era uma outra proposta. E todos fomos demitidos, claro.

Por que foram demitidos?

Porque a Fundação da Promoção Social acabou, dando lugar ao Movimento de Cultura Popular. Mas eu era funcionária do estado, então, voltei para a Secretaria de Educação. Chegando lá, não gostei do trabalho – Serviço Social escolar não era comigo – e disse para a Célia Castelo Branco – acho que era ela, não sei ao certo: “Só sei que aqui eu não fico.” E disse também que já tinha o serviço na LBA.

Quando Arraes assumiu, a LBA estava está naquela situação. E eu vivia falando muito de um albergue no Brum. Dizia sempre: “É uma vergonha! Precisamos ter um albergue!” Porque, na LBA, atendíamos as famílias e não tínhamos para onde encaminhar. Resultado: vai um ofício para lá, eu assumi o albergue. Ah, aí no mesmo ano funcionando, eu recuo, não me interessa. Eu digo: “Vou para o albergue”. Cadê que eu não vou para o albergue!” Não fui. Coisas de Brites. Acho que era Brites quem fazia isso, não se dava muito bem comigo.

Quem era Brites?

Brites Gondra Sousa, mulher do Chico Sousa, que era delegado especial – diziam que ele tocava fogo nos canaviais.

Não sei, mas acho que ali teve o dedo de Brites. Depois, não houve mais condições, porque saiu o ato do governador me colocando no Serviço Social de Menores. Aí, fui para lá, não houve jeito Essa história do embrião da FEBEM é muito interessante. Começamos com dois *bureaux*, num espaçozinho atrás do Juizado – o juiz já era Agripino da Nóbrega. Eu trabalhava com Maria Hermina e Elizabeth, três assistentes sociais. Foi assim que o Serviço Social de Menores evoluiu para a FEBEM. Criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, cada estado tinha de institucionalizar a sua fundação. Foi então que o Serviço Social de Menores, que era uma coisa improvisada, vamos dizer, emergencial, transformou-se em FEBEM. O primeiro diretor, superintendente, sei lá o quê, foi o Dias da Silva.

Ele era superintendente do SESI, e muito inteligente. Havia muita ligação entre o Serviço Social, o SESI, o SESC etc., lidávamos numa boa.

A senhora teve uma larga experiência na FEBEM. Foi uma das fundadoras...

Foi. Maria Hermina, que era minha colega, tornou-se diretora técnica na FEBEM, e eu fiquei trabalhando com ela e também na LBA. Naturalmente, na FEBEM, fiquei à disposição; eu era do estado, não estava da Secretaria da Justiça, então, a Secretaria de Justiça me colocou aqui.

Ficou à disposição na FEBEM, mas continuou na LBA. Você ainda não falou do seu ingresso na LBA.

A LBA era particular. Em 1962, quando terminei o curso, a presidente da LBA era a Dulce Sampaio – que ainda é bonita hoje, não é? –, mulher do governador Cid Sampaio E o chefe de gabinete dela era o Nivaldo Castelo Branco, que depois chegou a ser diretor administrativo de Itaipu. Uma pessoa admirável! Hoje, não sei o que é feito de Nivaldo.

E como eu entrei na LBA? Uma assistente social, Yolanda não sei das quantas, havia saído de lá, e eu, que precisava de dinheiro, pois ganhava muito pouco no estado, pedi o lugar a Nivaldo. Aí fui contratada e comecei a trabalhar na LBA, como assistente social no serviço de orientação à família, e lá fiquei até 1963, quando Arraes entrou.

Eu sei que a senhora teve um papel fundamental na reestruturação da LBA, mas estávamos falando dos cursos de mestrado e doutorado.

Estou colocando a LBA porque, cronologicamente, foi o que ocorreu. Então, nesse período, trabalhei na LBA e também no Serviço Social de Menores, já em 1960, 1962 e tal... sei lá!. E fiquei aqui como assistente social, como técnica, para sofrer.

A FEBEM foi criada em 1966, quando eu ainda estava no Rio, e eu cheguei aqui em 1967. Paralelamente, continuei dando aula de Serviço Social de grupo na Escola de Serviço Social, já um pouco mais...taludinha, com um pouco mais de conhecimento... Mais eu tinha de estudar! Em 1971 fui para a universidade. A essa altura, eu já era chefe na LBA, onde fiquei até 1975. Veja por que durante todo esse período eu não tive mais tempo de estudar. Porque eu trabalhava...

Esse período ao qual a senhora está se referindo é o que transcorreu de 1967 a 1970, não?

Exatamente. Acho que até 1974. Eu não tinha tempo para estudar, porque trabalhava 12 horas: trabalhava na Escola, dando aula, trabalhava na LBA que nem uma condenada e trabalhava também na FEBEM, o que não tinha diferença. Nem sei o eu fazia na FEBEM, depois eu me lembro. O certo é que eu não tinha tempo. Tanto que, nesse período, tive um aborrecimento com a LBA.

Veja, em 1971, o senhor meu marido – desculpe, mas eu o chamo sempre de senhor meu marido porque acho que marido é aquele que manda na gente – resolveu que eu devia ir para São Paulo, mais propriamente para Campinas. Durante todo esse período, eu nunca disse ao marido que estava separada dele, sempre o levei no bico, dizendo: “Vou arranjar transferência...” Tinha um certo receio de que ele reivindicasse o filho. Então, passava as férias, ele vinha aqui, eu levava o menino... E ia levando, nunca disse que estava separada ou algo nesse sentido. Fui viajando, viajando, viajando, até o filho fazer o vestibular.

Acontece que, em 1970, ocorreu um fato novo. Meu marido enriqueceu, ganhou na Loteria Esportiva. E foi muito nobre, veio me buscar. “Agora tenho outras condições...” E eu fiquei naquela grande dúvida: “Vou? Não vou? Vou? Não vou?” Minha mãe de um lado... Certa vez, conversando com Hebe, eu disse: “Estou me prostituindo.” Ela retrucou: “Não! Acho que você pode reconstruir a sua vida...” “Mas como vou reconstruir minha vida em São Paulo?”

Então, houve esse determinante e eu comecei a verificar, aqui na Legião, que condições havia de sair de Recife para São Paulo. E vi uma possibilidade de ficar com um pé dentro e outro fora: fazendo mestrado. O que me levou a fazer o mestrado? Uma solicitação, vamos dizer, de ordem familiar, porque todo o pessoal dizia que eu ainda podia ser feliz e, de outro lado, era algo que estava muito de acordo com os meus interesses, os interesses da universidade. Eu poderia conciliar a possibilidade de reorganizar a vida familiar com o

atendimento de tudo o que estava querendo. Porque a LBA me facilitava ir para São Paulo. Mas fui observar o Serviço Social desenvolvido lá e me deu uma enorme dor de cabeça, uma enxaqueca! Não era o que eu queria! Então pensei: “Não vou.” E eu me dava muito bem com o pessoal da superintendência, embora fosse dona Yolanda Costa e Silva, mas havia um diretor, acho que era secretário executivo, algo assim, com quem eu tinha muita facilidade de comunicação. E ele me dizia: “Para onde a senhora quiser ir eu lhe mando.” Nesse ponto, eu tinha uma certa abertura. Mas não quis. Eu disse: “Trabalhar na LBA de São Paulo, tenho certeza de que não vou!” Ainda assim, em 1973, lá fui eu para São Paulo fazer o mestrado. Escolhi São Paulo, mas não foi uma opção no sentido de eu ter analisado a área de concentração...

Foi uma decisão pragmática.

Pragmática! Veio se aplicar àquela situação. Bem, depois de um ano em São Paulo, eu verifiquei que realmente não dava. O marido era bom, excelente, maravilhoso, tinha tudo, me deu tudo... mas eu não queria. Aí eu disse: “Olha, eu não volto mais aqui.” Ele morava em Campinas, onde tínhamos uma casa, e, para facilitar, eu tinha um apartamento perto da PUC, onde passava a semana, eu e Eunice Pereira, uma colega que foi comigo. Até um dia que ela me disse: “Anita, você só sabe dizer sim. Todas as vezes que vai para Campinas, você tem coriza, tem cólica de vesícula... você não quer ir. Por que não diz que não quer ir?” Pensei: “É isso mesmo.” E um dia eu disse: “Não volto mais aqui.” E não voltei mesmo. E me senti muito livre, graças a Deus, até hoje. Estou bem, linda, maravilhosa. Nada como viver a vida da gente! Pobre e miserável, mas é bom!

E o mestrado na PUC?

Bom, comecei a fazer o mestrado. Inicialmente, Nadir ensinava Serviço Social, e eu não fui feliz com a professora de pesquisa, Cecília Rener, que foi minha orientadora. Tive estatística com Bernadete Lates, política social, essa coisa toda. Então comecei a pensar: “O que vou estudar?” Como qualquer mestrando, eu não tinha problema de pesquisa, porque estava fora da prática! Eu administrava, chefiava, mas, realmente, não estava metida na prática. Era até capaz de estabelecer o rumo das coisas, mas definir prioridades... Então, a fiz dissertação sobre aquele velho tema que o assistente social sempre repete: “Eu não realizo mais porque a instituição não deixa.” Resolvi explorar isso. Escrevi sobre contexto burocrático das organizações de serviço e terminei mostrando que ele não interfere tanto na prática. Foi uma dissertação muito positivista. Também, eu não tinha conhecimento de outro método! E quem me alertou para isso foi um peruano, Boris Aléxis, autor de um trabalho sobre Serviço Social.

Porque, veja, o Serviço Social aqui, a partir de 1965, sofreu uma reconceituação. Foi quando ele acordou e disse: “O que estamos fazendo? Para que estamos trabalhando?!” Hoje, realmente, eu vejo que não acordei o suficiente. No mestrado também, acho que estudávamos Florestan Fernandes, mas o curso não nos dava condições, por exemplo, de explorar a matéria em nível histórico. Isso não foi explorado. Considero que a minha dissertação teve inclusive um estudo quantitativo até muito bem orientado, mas não me deu grande satisfação. Consegui apenas mostrar que o assistente social tinha muito mais liberdade para trabalhar e direcionar a sua prática do que geralmente dizia.

Saí do mestrado, voltei para Recife, mas não voltei à LBA. Em 1975 pedi demissão, porque, além de ter que dar um tempo maior, eu não encontrava mais espaço. Acho até que, quando saí, já deixei a LBA com um pé atrás, diante de alguns aborrecimentos que havia tido lá. Até então, eu fazia o que queria, mas as coisas haviam endurecido bastante e, quando chegou esse período, após 1971, eu já não cabia mais. Comecei a sentir muitas resistências, os

procedimentos eram outros, e havia certas limitações que me pareceram vir de cima e que a direção reproduzia. Então, não tive mais vontade de voltar.

[FINAL DA FITA 3-A]

Poderia esclarecer o que significava esse endurecimento em relação à sua prática anterior?

A reestruturação da LBA se deu no sentido de torná-la uma agência prestadora de serviços na área de assistência, mas não assumindo diretamente. Entretanto, pelo menos em Pernambuco, esta era apenas uma meta, não se falava em descentralização. Acontece que chegamos à conclusão de que não tínhamos pessoal para fazer a execução direta. Era inviável. Tínhamos uma creche que funcionava mal, tínhamos um ambulatório na avenida Norte que funcionava pessimamente... Aliás, a LBA estava praticamente reduzida à avenida Norte. Seu patrimônio no sertão – porque a LBA não começou do litoral para o interior, começou no sertão – estava inteiramente depredado: havia um posto de saúde em Exu, que o padre tomou conta, um posto em Bodocó e outro no Cabo, que ninguém sabia com quem estava... Não havia registro de patrimônio. Então, como fazer a LBA funcionar? Decidiu-se partir para a execução indireta. Então, todos os recursos... Porque a LBA teve uma fase de crise, mas teve também uma fase muito boa. Foi a fase da Loteria Esportiva, quando ela realmente teve muitos recursos!

Isso foi no final dos anos 1960, mais ou menos?

Sim. Em 1967, passamos por uma fase muito ruim, mas creio que em 1968 já tínhamos dinheiro. Agora, era dinheiro para a assistência. E eu reclamava contra isso. “Por que assistência? A assistência que vocês fazem é dar remédio, dar enxoval, dar a bacia do menino... Só falta dar o pai do menino. Vamos acabar com isso!” E fui apoiada.

Bom, acabamos com a creche, porque não tinha condições de funcionamento – foi uma gritaria danada –, e transformamos o local em um centro social segundo a filosofia da época – o processo de socialização que já mencionei –, ou seja, em um centro de convivência. Começamos a pensar o que fazer em relação ao ambulatório da avenida Norte – ainda hoje existe – e decidimos: “Vamos estabelecer convênios em função da saúde feminina e montar alguma coisa voltada para a mulher.”

E o atendimento direto na LBA, como se fazia antes, era uma coisa incrível! No primeiro governo de Arraes, eu sofri o diabo por conta disso! As pessoas faziam fila em torno da praça da República, gente do interior que ia até o Palácio do Governo, que as mandava com um cartãozinho para a LBA atender. Mas... atender como!? Eu não tinha dinheiro! Era atender com os gêneros da “Aliança para o Progresso”. Eu não havia feito um curso de nível superior para estar distribuindo comida. Fui clara à dona Madalena – acho que já haviam casado, nem sei! De modo algum! “Mesmo porque não vou resolver o problema desse pessoal com um quilo de fubá ou com um litro de leite! E nem estou aqui para isso!”

A coisa foi engrossando. A LBA tinha um grande salão e, quando eu chegava, às 7 horas da manhã, aí já havia umas 30 pessoas, pelo menos, o que era muita gente. E eu sozinha e sem muita estrutura. Aí fazia uma reunião: “Primeiro, vamos conversar: para vocês virem aqui à LBA, não precisam trazer esse cartão do Palácio do Governo. Eu estou aqui para servir. Só tem uma coisa: não tenho condições de ouvir 30 pessoas. Não tenho condições! Vou atender enquanto puder.”

Certo dia, Brites foi me advertir: “Olha, o Palácio do Governo veio me dizer que você está atendendo mal.” Eu disse: “Acho que estou atendendo mal, mesmo. Só tem uma coisa: eu nunca trabalhei em bodega, nem me disponho a isso!” Fui transferida para o ambulatório. Claro que passei a não fazer coisa alguma porque, no ambulatório, os médicos chegavam às 7 da manhã, deixavam o carro ligado...

Deixavam o carro ligado, ficavam dois minutos e iam embora?

Exatamente. Gilberto Fraga Rocha era um deles, Sarmiento, José Rego, James Ferreira Lima, aquele menino que fundou o pronto-socorro aqui na encruzilhada, todos eram médicos da LBA! Só tinha medalhão! E eles estavam em litígio com a LBA. O que eu ia fazer? Nada. Ainda assim, decidi: “Vou tentar fazer algum trabalho. Como vou fazer?” Arranjei as instalações e passei a comecei a fazer um trabalho somente com as crianças de Santo Amaro.

Isso no tempo do governo Miguel Arraes, não é?

No primeiro governo. Mas tenho a impressão de que o pessoal não sabia o que era prestação de assistência. E foi um problema grave! Logo depois houve a revolução e ... pronto! O negócio foi... Eu não fui envolvida com a revolução porque, na verdade, já havia sido excluída. Se estivesse lá... Mas eu nunca associei as coisas à política. Sempre fui muito desligada.

A senhora está falando do período de 1962 a 1964, não é?

Esse é o período “chapéu de palha”, está certo? Porque o pessoal que chegava era gente de Vitória, da região metropolitana, da Mata Norte... O clima estava realmente em ebulição. Eram as Ligas Camponesas, mesmo. Sabe o que dona Madalena inventou?

Madalena é a mulher de Miguel Arraes, a primeira-dama.

Acho que aí foi a minha maior irritação. A CILPE – Companhia Pernambucana de Leite do Estado – abrigava a cooperativa, então, fornecia diariamente um caminhão de leite – daqueles que carregam gasolina – e mandava para a porta da LBA. As filas eram enormes! Vocês acham que eu, como assistente social, ia dar leite para aquele povo!? Que ia ficar como vaquinha Mococa! Reagi: “Não pode ser desse jeito!”

Foi quando, finalmente, me mandaram lá para o ambulatório e eu deixei de ser vaquinha Mococa. Também não sei o que fizeram do povo. Só sei o seguinte: eu não tinha nada contra o governo Arraes, mas tinha muito contra dona Madalena! Não me conformava que ela, como mulher do governador, e uma pessoa inteligente, muito inteligente, com formação de nível superior, não pudesse apreender qual era o sentido do Serviço Social ou, pelo menos, da assistência! Isso me irritava!

E como primeira-dama do estado ela era presidente da LBA.

Presidente da LBA. E muito assídua, muito interessada, muito comprometida. Bem, quando voltei para a Legião, já voltei como chefe da Divisão de Serviço Social que se criara, bem como a Divisão de Educação para o Trabalho – que confirmou o que eu disse, que queriam resolver pela educação voltada para o trabalho – e a Divisão Médica. Mas passou-se a trabalhar, sobretudo, com execução indireta com a sociedade, que era a minha proposta. Então vamos fazer convênios. Temos dinheiro? Vamos ver quem pode executar. E um trabalho voltado para a família, a criança e o adolescente. Foi assim que começamos a trabalhar.

A senhora, então, ocupou uma diretoria...

Divisão. Só havia o superintendente, o chefe, que era militar, Bento Cruz – morreu há pouco tempo –, eu na Divisão de Serviço Social, uma assistente social na Divisão de Educação para o Trabalho – mas não era subordinada a mim – e o dr. Anísio, não sei o quê, na Divisão Médica.

A senhora entrou nesse momento como uma das pessoas que iriam participar da reforma da LBA em Pernambuco?

Sim. Naturalmente, entrei para reformular a LBA como se fosse uma pessoa da revolução. Entrei, digamos, assim.

Mas a senhora havia participado, no Rio, da reunião que se discutiram os novos rumos da LBA. Quem estava nessa reunião? A senhora foi convidada?

Na reunião estavam todos os superintendentes, já não era mais a mulher do governador.

Eram militares?

Alguns, outros eram técnicos. E eu fui convidada como técnica da LBA, juntamente com Nadir, que era a pessoa que estava dando consultoria à época, e conduzida pela presidente da LBA, que era uma assistente social de cujo nome eu não me lembro.

Da presidência nacional. E onde foi realizada a reunião?

Na sede LBA, no Rio!

Perto do Aeroporto Santos Dumont. E nessa reunião se discutiu a reestruturação da LBA.

Discutiu-se a reestruturação, mas, na verdade, ainda não foi nessa reunião que se decidiu. Levantaram-se os dois problemas da LBA, a sua forma de organização, por quê, quais eram as demandas, as dificuldades de cada estado... Não me lembro se foi uma reunião de dois ou três dias...

E as maiores críticas eram em cima de quê?

Veja, a LBA era de origem nitidamente assistencialista. Todas as pessoas que ali estavam, de alguma maneira, tinham uma história na LBA, e essa história estava associada à assistência. Então, reclamavam da falta de recursos. Mas os técnicos falavam da falta de objetividade dos serviços prestados e falava-se, sobretudo, da mulher do governador como presidente e da estrutura da LBA, quais seriam os caminhos a seguir.

E você compartilhou do diagnóstico dos técnicos de falta de objetividade?

As coisas já estavam mais ou menos estruturadas, já se procurava saber... Fizemos um relatório das atividades que desenvolvíamos e, ao final, o grupo nacional perguntou a cada um dos técnicos o que mais precisava. Chegou a minha vez, perguntaram: “Qual é sua maior necessidade?” Respondi: “Um banheiro.” [risos] Foi aquele mal-estar... Mas, realmente, era isso! E justifiquei. Eu não podia trabalhar porque não existia um banheiro no ambulatório

médico! Era obstruído e ninguém mandava consertar! Como eu podia atender as meninas ali dentro!? Não podia! Fizeram o banheiro! Isso aconteceu também quando eu assumi a diretoria do centro aqui. Na primeira reunião que tive com o reitor, ele perguntou: “Quais são as prioridades?” Respondi: “Banheiros.” Porque estavam todos quebrados, tudo desgraçado!

Como dizia a dra. Nise da Silveira: “A mulher não é anjo, também faz pipi.” [risos]

Voltando à reestruturação da LBA, era preciso um programa, um planejamento, mas nessa reunião de 1966 as pessoas presentes só fizeram apontar esses aspectos. Depois se constituiu, dentro da LBA, uma equipe de planejamento com a consultoria de Nadir Kfourri. Nadir assumiu esse compromisso e, embora estivesse em São Paulo, passou dois anos no Rio.

Dando consultoria para reformular a LBA.

Para a reestruturação da LBA. E foi dessa consultoria que nasceu a nova estrutura, comum a todas as diretorias. Passou-se a ter um diretor-geral, uma procuradoria, três divisões técnicas... Era isso. Quando comecei a trabalhar na chefia, tínhamos um quadro de mais de 180 funcionários, a maioria em litígio, então, fomos eliminando, ficamos com 110.

Dona Anita, desculpe-nos, mas, para organizar sua trajetória cronologicamente... A senhora assumiu a chefia da Divisão do Serviço Social logo após o Golpe de 1964?

Não, em 1967. A LBA começou a ser reestruturada em 1965, e em 1966 eu ainda estava no Rio.

E o que aconteceu com a senhora logo depois do Golpe militar?

Fiquei na LBA, continuei no ambulatório, onde haviam me deixado.

Mas não teve problema de perseguição, nada disso?

Não! Eu só passei o ano de 1965 nessa agonia, porque em janeiro de 1966 fui para o Rio e, em 1967 assumi a chefia da Divisão. Logo depois da revolução... eu não senti! Veja, eu nunca fui militante, só participava de reuniões técnicas. Podia reclamar de outras coisas, mas não me organizava.

Mas que impacto teve a revolução, o golpe, na senhora no dia em que foi deflagrada?

Vou dizer com sinceridade: eu estava sofrendo tanto na LBA que não me apercebi. Na minha cabeça, só passava o seguinte: “Vou me ver livre de dona Madalena.” Então, não consegui... Meu filho até hoje reclama, dizendo: “Você não teve sensibilidade!” Realmente, não tive. Creio que fiquei impactada, porque eu achava que o governo Arraes tinha uma mensagem muito boa, embora a prática que eu vi tenha sido diferente. Mas, quando me disseram: “Arraes foi preso.” Pensei: “Agora vamos para o beleléu.” Eu me senti... desse tamanhinho. “Perdemos tudo, toda segurança, toda garantia... Não sei para onde vou. Não sei mais!”

Ainda assim, me mantive à margem. À margem. Na Escola... não sei o que eu estava fazendo. Continuei a minha vida. Tinha a sensação de perda de garantias, como se estivesse no vácuo. A sensação que tive foi essa. Por outro lado se, naquele dia, você me fizesse a mesma pergunta, eu responderia: “Quer saber? Acho que me liberei!” Porque, para mim, o que estava

prevalecendo era a questão pessoal, individual na LBA. Eu me sentia muito atingida. Mais tarde me tornei amiga de dona Madalena.

Vamos voltar para a reformulação da LBA, estava superinteressante, e vamos lhe pedir que fale sobre a sua experiência na chefia da Divisão de Serviço Social.

A grande reformulação foi essa: “Vamos fazer o trabalho, sim, mas com a sociedade.” O seja, prefeituras, associações, Igreja, diocese, sindicato, quem tivesse um trabalho social e quisesse desenvolver – naquele tempo nem se falava em ONGs. Eu conhecia todo o interior, então, passei a viajar. Comecei pelo sertão. Meu primeiro objetivo era recuperar o patrimônio perdido da LBA. Nem sei se isso me competia, mas eu tinha uma ligação afetiva muito forte com o diretor-geral, éramos amigos...

Quem era o diretor-geral?

Dr. Edésio Paes Barreto. Era militar, da Aeronáutica, mas nunca me cerceou, de modo algum. Bom, comecei pelo Cabo. Foi quando verifiquei que não existia nada. Então, instalei um centro social da LBA no Cabo, na rua Historiador Pereira da Costa, qualquer coisa assim. Recuperamos a posse, que era da própria LBA. Hoje, esse centro é qualquer coisa da mulher, não sei mais o que funciona lá. O de Oricuri, o de Bodocó, eu tomei dos Lócios.

Da família Lócio.

Porque a situação era essa: a LBA tinha posto de atendimento, centro de saúde, posto de puericultura, sei lá o quê, e os políticos ficavam com eles! O de Bodocó, eu fui buscar. O Lócio me entregou! – deve ser tio desse Lócio que hoje que é da CODEVASF. Aí fomos fazer a reforma. Na época, a LBA não tinha dinheiro. Arranjei dois funcionários, coloquei lá, e nos mudamos para Bodocó. Dormíamos em Oricuri, porque em Bodocó não tinha onde dormir. Mas fizemos um centro social lá, se funciona ainda hoje, não sei. Com o de Flores, a mesma coisa. O de Flores foi muito pior, porque estava na mão de Lindaura, que já morreu, mas até hoje é família dela que manda lá.

Qual é a família?

Lindaura... Não sei dizer agora, mas... é a família de Lindaura. E quando conseguimos recuperar, como eu não tinha funcionários, até que decidíssemos o que fazer, coloquei uns americanos lá para tomar conta.! Não eram da Aliança para o Progresso, não eram Voluntários da Paz, eram... voluntários do papa. O pessoal tocou fogo!

A senhora disse que esses imóveis estavam sob controle dos políticos. O que eles faziam com isso?

Utilizavam em proveito próprio. O Lócio, por exemplo, parece que tinha um posto de distribuição de leite. O de Flores, não me lembro mais o que funcionava ali. O de Exu estava com o padre e era utilizado como escola. Era um esquema político.

Bom, a primeira coisa que fizemos, então, foi sanear o patrimônio e recuperar alguma coisa. Em seguida, começamos a definir a execução: realizar os objetivos da LBA, mas através da execução indireta. Tínhamos convênio com a Escola de Serviço Social, em função dos projetos comunitários, com prefeituras, tínhamos convênio com a Diocese de dom Hélder – Com dom Hélder! Dom Hélder ia à LBA e tinha a entrada livre! – com a de Palmares e a de

Afogado de Ingazeira, com o Francisco, muito bom... Agora, dependia do projeto que apresentassem.

Não vou dizer que tudo foi às mil maravilhas, não! Em muitos desses convênios, precisávamos estar em cima. Por exemplo, tivemos um convênio com a Diocese de Floresta, do padre Francisco Nerofe – era alemão, já morreu –, que era muito bem intencionado, mas as pessoas não conseguiam executar. É claro que não desenvolvemos um projeto de capacitação junto a essas entidades para que realizassem melhor as atividades. Essa foi uma grande falha. Mas a execução da LBA foi, sobretudo, indireta, fazendo convênio com as entidades. Posteriormente, quando a LBA passou para o sistema da Previdência, ela passou a atuar em função do portador de deficiência. Era muito mais importante, ao invés de estar fazendo grupo de mães, que funcionava mal e não tinha um retorno em termos de resultado, realizar um trabalho que podia fazer melhor.

Então, naquele primeiro momento, na recuperação dos postos, havia o projeto de instalação de fossas. Eu era muito a favor do esgoto, queria ter um projeto em cada município. Então fui a Salgueiro falar com o médico, dr. Gomes de Sá, algo assim, que usava uma grande barba. Eu disse: “Olhe, nós temos um dinheiro, podemos trabalhar com a instalação de fossas...” E ele: “Não quero! Sou contrário! Minha senhora, isso aqui é semi-árido, a senhora não entende de seca. De que adianta construir a fossa? Qual é a água que temos para colocar nela? Resultado: as baratas entram e saem por aí contaminando!” Eu disse: “ Não é possível, doutor!” E pensando: “Meu Deus, estou toda errada!

Imediatamente passei um telegrama para o dr. Orlando Parahym, que era de Salgueiro e era deputado, explicando a situação: “A respeito do convênio da LBA, torna-se difícil, porque o médico é contrário. Eu queria, por favor, que o senhor me esclarecesse.” Segundo ele, as alegações do médico não tinham razão de ser, Ainda assim, nunca consegui fazer nada em Salgueiro, porque esse médico não aceitava. Mas instalamos fossa em Floresta, em Imbaúba. Quando o pessoal aceitava, eu firmava convênio em função de fossa. Era muito melhor do que dar comida, não?

E houve uma avaliação dos convênios? Esse projeto da fossa deu certo?

Houve algumas monografias. Posso dizer o seguinte: em alguns lugares foi muito difícil as pessoas usarem o sanitário. Faziam ninho de galinha... Por exemplo, Telma Cidade, que foi professora daqui, mas que naquela época já era professora, montou um grupo de alunas para executar um trabalho desses em Nazaré, ou Timbaúba por aí, Mata Norte e... mas foi horrível! Porque as pessoas achavam bonitinho e depois não queriam usar.

Então, direcionei o trabalho muito nesse sentido e direcionei também um pouco para movimentar assistentes sociais com criança, adolescente... O que eu queria era sair daquela mesmice de dar coisas! De doar! Eu acreditava que, através de outras instituições que tivessem alguma estrutura, pudéssemos chegar a um resultado melhor. A meu ver, a grave falha foi não termos desenvolvido simultaneamente um projeto de capacitação para essas entidades. Desenvolvemos um programa de capacitação para o pessoal da LBA. Fizemos errado. Hoje, não faço assim. Temos que capacitar aquele que está recebendo dinheiro. E a situação é completamente diferente: as ONGs, sabem captar recursos, sabem usar, sabem aplicar... Naquela época, era novidade fazer convênio. Ainda assim, deu tudo certo.

Quanto à questão: “O que endureceu?” Bem, eu não tinha respaldo porque, vamos dizer, não era de um lado, nem de outro. Ser ‘tucano’ é horrível! Eu não era, não havia ‘tucanato’, mas eu queria ser a mulher que discute. E havia padre Melo, no Cabo, para me atrapalhar. Padre Melo me atrapalhou demais quando eu estava instalando o centro da LBA lá no Cabo! Certa vez, ele chegou para me dizer que a base estava contra as cúpulas. O danado! Me deu muito trabalho o padre Melo.

[FINAL DA FITA 3-B]

No início dos anos 1970, a situação se modificou, não é?

Sim. O diretor-geral da LBA teve um pleito no sentido de que as mulheres dos oficiais do Exército gostariam de prestar algum serviço à comunidade, através da LBA, como voluntárias. Naturalmente, dona Anita Aline foi chamada, sentiu um pouco o que iria acontecer e, embora nunca houvesse trabalhado com esse tipo voluntariado, é claro, não podia se negar. Eu tinha cerca de nove assistentes sociais, então, constituímos um grupo: “Vamos para a capacitação. Vamos conversar sobre voluntariado, sobre o que é a LBA, enquanto ainda temos tempo.” A questão era: “O que vamos fazer?” Apareceu uma Terezinha Lins e Silva – acho que era irmã de Evandro Lins e Silva –, que propôs: “Anita, por que não fazemos um trabalho fora daqui?” Ou seja, fora da sede da LBA.

Aceita a proposta, descobriram um casarão que estava abandonado em Santo Amaro e que pertenceria ao antigo Serviço Social Contra o Mocambo, criado por Agamenon Magalhães. Houve um rápido entendimento, o grupo de voluntárias se organizou e foi trabalhar no casarão, que se tornou um centro de convivência. Atendia a crianças pré-escolares e fazia também um trabalho com mulheres, com jovens.

O grupo começou a fazer reuniões na LBA, porque a atividade envolvia recursos, e eu coloquei uma assistente social para trabalhar com elas. Trabalhavam bastante, e bem! Acontece que a mulher do comandante da 7ª Região, o Ednardo, participava desse grupo. Certo dia, eu me referi às entidades convenientes, entre as quais estava a Arquidiocese, e comentei: “Dom Hélder vem aqui! Claro que vem, é meu amigo! Gosto muito dele!” Essas coisas que se diz.

A partir dessa data, as coisas não se processaram mais como antes; criaram-se restrições aos convênios e eu passei a me sentir um pouco policiada. Ao mesmo tempo, comecei também a me dar conta de que havia um SNI que funcionava e que encaminhava algumas correspondências muito sigilosas que não passavam por mim. Depois, apareceu uma ordem: ninguém poderia permanecer na LBA fora do horário de expediente. E eu sempre estava. Surgiram certas limitações. E começaram a perguntar como andavam os convênios, já que alguns não prestavam contas na época devida... Tudo bem, eu até achava natural. Mas fui me afastando e concluí: “Está na hora de deixar esse negócio.” Quando esse clima se instalou, decidi ir fazer o mestrado.

Mas a LBA continuou fazendo execução indireta, sobretudo porque quem me substituiu foi Eunice Pereira, que manteve essa orientação até quando a LBA foi incorporada ao sistema de Previdência, por volta de 1975. Foi logo depois que eu saí. De qualquer maneira, não poderia acumular, porque já era da Universidade Federal.

Mas a senhora se afastou inteiramente da LBA?

Sim. E nunca procurei saber. Aliás, não permaneci em nenhum dos lugares por onde passei como chefe. Só continuei aqui.

A extinção da LBA teve algum impacto sobre a senhora? Qual a sua avaliação de todo aquele processo?

Não. A meu ver, a LBA deveria ter sido extinta há muito mais tempo. Nascida para dar assistência ao pracinha, depois, à família do pracinha e, afinal, assistência à família, a LBA tornou-se, na verdade, um órgão político e politiqueiro. Havia muita interferência. Era uma

válvula da política. Com a revolução, ela saiu desse esquema e passou a um outro, que realmente não tinha condições de prosperar, porque era identificado com o autoritarismo. Se em Recife o diretor era uma pessoa bastante flexível, e o pessoal do Rio Grande do Norte, que também formava comigo, era muito flexível, outros não eram, de jeito algum! Havia autoritarismo, mesmo.

Eu nunca senti autoritarismo. Agora, as decisões administrativas eram tomadas, de fato, de cima para baixo! Lembro-me bem que, certa vez, o diretor me pediu para fazer um mapa do pessoal que eu dispunha e dos que eu queria dispensar, o pessoal desnecessário. Eu me vi numa situação em que teria de responder. Então, ocorriam manifestações de autoritarismo.

E a senhora fez o mapa?

Não. Mas eu tinha de dizer que o pessoal era necessário, que estava trabalhando. Não se pode dizer como descartar! Hoje, por exemplo, o que fizemos em função da assistência? Mudamos. Então, se eu criei um centro social onde antes era uma creche, o que ia fazer com o pessoal da creche? Tive que reabilitar, dar um treinamento. Ou seja, quem tratava de menino passou a ser recreacionista. Outra, por exemplo, era enfermeira. “Não vamos mais ter enfermeira.” “Então, vamos ver... Não existe uma farmácia ou outro local onde eu a possa colocar?” Fiz algumas coisas desse tipo. E, logo depois, todos os médicos rescindiriam o contrato com a LBA, porque eles ganharam na Justiça. Então, o ambulatório ficou sem médico. Não tínhamos mais médicos.

Quando houve a implantação das creches-casulo, a senhora já não participava mais?

Não, eu já não estava mais na LBA quando apareceu essa história de creche-casulo. Estava na FEBEM.

Mas a senhora conhece o projeto casulo? Tem alguma avaliação sobre ele?

Conheço o projeto. O grande problema é que se montam determinados projetos, mas não se cuida do acompanhamento e monitoramento dos mesmos. Então, creche-casulo é ótimo, a família toma conta, não sei o que e tal. Aí se arranja a família, faz-se entrevista, encaminham-se as crianças... Eu não cheguei a trabalhar com esse projeto na FEBEM, mas me parece que a avaliação, até certo ponto, era boa. Agora, acho que nunca houve um monitoramento e, sem monitoramento, não funciona. Torna-se um depósito de crianças. Trabalhei muito no sentido de estruturar os registros porque, quando entrei, no início da FEBEM, não sabíamos quantos meninos internos havia ali no Bongi, onde se localizava a antiga FEBEM e hoje é a sede da FUNDAP. Não sabíamos!

Isso no início dos anos 1970?

Sim. Quando cheguei na FEBEM com a Maria Hermina, queríamos saber o total de meninos internos. E não conseguíamos essa informação, porque não havia registros suficientes. Lembro-me que fomos à Chácara do Bongi e fechamos todas as portas com os meninos dentro, como se fôssemos contar gado. E contamos os meninos. Foi a única maneira, porque não havia registro.

Por muito tempo, a assistência à criança foi entendida como internamento. Mesmo na LBA, recebíamos muita solicitação nessa linha. E também no que diz respeito à assistência à família, a mentalidade de fornecer uma ajuda ainda persistiu por muito tempo. Não estou dizendo que esta prática tenha acabado sob a minha direção. Não! Ainda havia uma verba para assistência que precisávamos comprovar. Agora, nós, assistentes sociais, de certa maneira,

havíamos assumido isso. Uma das minhas assistentes sociais atuava junto às voluntárias, todas as outras ficavam lotadas no centro social, no Cabo, e uma fazia a supervisão dos convênios no interior.

Os resultados não foram exatamente aqueles que esperávamos, mas, a meu ver, já foi o começo de uma assistência que não seria feita pelo Estado, mas seria executada pela própria sociedade de acordo com as suas próprias demandas. Agora, as entidades precisariam ser preparadas, ser capacitadas. Nesse aspecto, acho que nós falhamos. Hoje, não faço mais um convênio de execução indireta sem primeiro capacitar todo o pessoal da entidade. Só depois o convênio é firmado. Mas, na época, eu não fiz assim. Autoritarismo no duro, mesmo.

Ao sair da LBA, a senhora continuou dando aula e permaneceu na FEBEM, não é?

Fiquei na UFPE e na FEBEM!

Então foi fazer doutorado?

Não! Só fui para o doutorado em 1986, minha querida. Permaneci na FEBEM em horário integral, fiquei com 40 horas. Mais tarde saí de lá e fui para a SUSIPE fazer supervisão do sistema penitenciário.

Nesse período da FEBEM, fiquei na assessoria técnica - que eu achava que era aquela coisa tipo ASPONE, que não dava muito bem para mim. E depois o diretor... não me cheirava bem. Foi no tempo do que sucedeu ao Eraldo Gueiros. Estava à frente da FEBEM o Olímpio Costa Júnior. Costinha era uma maravilha! Mas morreu moço, muito moço. Câncer de pulmão. Acho que, quando mudou o governo, fui para a Assistência Penitencial, também ligada à Secretaria de Justiça.

Como foi essa sua experiência?

Nesse período, fiquei mais livre. Na verdade, eu não tinha obrigação de ir diariamente à SUSIPE, ia duas vezes por semana, quando me chamavam, para fazer a supervisão. Fazia somente a supervisão de profissionais, trabalhava com os diretores e as assistentes sociais. Fiquei um pouco enganchada ali. Sistema penitenciário... bem, só andei em lugares horríveis. E posso dizer que não fiz nada, só aprendi: fui aprender o que era preso, o que era prisão...

Havia um juiz de execuções penais que era uma pessoa muito inteligente, o Antônio Luís Filho. Na época da Lei de Execuções Penais, a LEP, acho que de 1980, tivemos muitos embates por conta do encontro conjugal e do trabalho dentro da prisão. A meu ver, o trabalho na prisão é algo que ainda precisa ser muito bem definido. E a outra questão era a visita íntima. Mas era um juiz muito interessado. E nessa época o Serviço Social tinha uma precedência enorme dentro da SUSIPE, que valorizava muito o trabalho do assistente social. Tínhamos encontros mensais quando da discussão da Lei de Execuções Penais, que implicava em discutir também o Código Penitenciário. Foi muito bom o trabalho. Nessa época, eu aprendi.

Até hoje, trabalho aqui dentro da universidade, e tudo o que aparece relacionado à prisão sou chamada. Mas tenho um grande problema: o trabalho na prisão. Hoje eu brigo. As medidas socioeducativas para a criança e o adolescente, que são ditas, são medidas de re-socialização, eu acredito nelas, mas sem internação. Com internação não existe re-socialização. A mesma coisa eu digo em relação ao preso. Eu tenho aqui uma orientanda, do doutorado, ela é de Joaquim Nabuco e trabalha interna em prisão. Pergunta: “E o que vamos fazer com as prisões?” Eu digo: “Acabar com elas.”

A senhora conhece os trabalhos da Julita Lemgruber, lá do Rio? Ela escreve sobre isso.

Muito bons. Por que prisão? Ou então, se existe prisão, não se diz que vai re-socializar o preso. Porque re-socializar é um trabalho que envolve um componente pedagógico. E componente pedagógico só se realiza com liberdade. Não tem liberdade! Agora, com a criança e o adolescente, eu acho que sim. A medida socioeducativa em relação ao adolescente é uma beleza! Uma beleza! Você sai gratificado do trabalho. Eu saí da SUSIPE quando me aposentei do estado. Tanto que, em 1986, fui fazer o doutorado na UFPE, em 1991defendi...

A senhora foi fazer o doutorado na PUC de São Paulo.

Ah, sim, na PUC de São Paulo. Vocês poderiam pergunta: “Mas você, com tanta experiência aqui, foi estudar o quê?” Adivinhem o que eu resolvi estudar! O agrário. Relações de produção no campo.

Mais um desafio. A senhora é uma mulher de desafios, não é essa a idéia?

Veja, no mestrado, eu discutia a burocracia. Tive uma experiência com criança e adolescente, mas nunca me identifiquei muito com esse tipo de trabalho. Eu me identificava com a administração, a supervisão. Sempre tive dificuldade de trabalhar com criança e adolescente. É muito difícil! Podia ter trabalhado com prisão. Mas acontece o seguinte: quando cheguei em Recife, em 1975, 1976, logo assumi a chefia do departamento da universidade. Voltei para o mestrado. Passaram-se dois anos, fora! Estava descansada, assumi a chefia do Departamento de Serviço Social, quando Paulo Maciel era reitor. Então, em 1978 – eu era chefe de departamento, acho que reconduziram a mim, Lúcia Melo... – Paulo Maciel me chamou e disse: “A Paraíba implantou o mestrado de Serviço Social. Não podemos ficar atrás da Paraíba! Quantos mestres vocês têm?” Éramos três: eu, Eunice e Glorinha – Evany estava no forno, fazendo mestrado na PUC. Havia três mestres; doutor, nem se falava! Não existia doutorado em Serviço Social. Mas disse: “Doutor não é problema. Temos muitos doutores aqui na universidade! Tem Anita, fulano... Não tem problema!”

Um projeto de mestrado em Serviço Social, em Recife?

Claro, aqui! Foi assim que começou toda a história. Começamos a funcionar em 1979 e estamos aqui até hoje.

E a senhora era o que do mestrado? Coordenadora?

Também. Era tudo. Depois tive de deixar a chefia do departamento, mas comecei coordenando. Em 1979 implantamos o mestrado. Foi uma grande ousadia, mas foi algo que me deu, realmente, muita gratificação. Muita gratificação, mesmo! E agora começo a encontrar os resultados, porque, hoje, todos os professores que estão aqui no departamento, ou quase todos, são desse mestrado. Alguns já são até doutores!

Em 1986 eu fui... Mas aí já tínhamos o mestrado. E conseguimos implantar o curso vencendo todas dificuldades do mundo, porque no início eu nem sabia o que era mestrado. Fazer uma dissertação, naquele tempo, era uma novela. E aí, o que eu verifiquei? Não havia quem orientasse trabalho em relação ao agrário. No campo, não havia ninguém que eu pudesse contar para orientar! Ninguém trabalhava com Serviço Social no campo. Era só trabalho com criança, adolescente, mulher, trabalho comunitário, não sei quê... Eu disse: “Vou fazer doutorado e estudar esse negócio.” Pronto! Foi por isso que escolhi.

E foi bom? A senhora gostou de ter feito a sua tese de doutorado?

Gostei! Até me interessei por isso. Mas ainda continuo versátil. [risos] Aí fui para Petrolina, acho que passei seis meses lá estudando as relações de produção, e foi muito bom, acho que me firmei. Porque eu não entendia nada de agrário, mas tive uma assessoria com Hebe, na CODEVASF, Comissão do Desenvolvimento do Vale do São Francisco – hoje é companhia. Aí fiz um treinamento em Neópolis – Penedo fica de um lado, Neópolis aqui e ali o São Francisco. Hebe me disse: “Esse pessoal vai ficar interno durante três meses, e eu quero esse todos preparados!” E eu: “Não há dúvida, eu vou.” O que ela mandava eu fazia!

Depois que terminei o curso, continuei com a assessoria na CODEVASF. E verifiquei o seguinte: muitas das coisas que eu havia ensinado estavam completamente erradas. Eu entendia pouco de pequena produção e estava embarcando no discurso oficial. A CODEVASF criou o Serviço Social naquela área porque... – para se ter uma idéia – o bispo de Propriá havia excomungado os técnicos da CODEVASF por ocasião de Sobradinho. A população ficou de tal modo revoltada com a companhia que eles decidiram: “Vamos colocar aqui um amaciante – uma assistente social – para ver o que se pode fazer.” Cheguei em Propriá, o bispo não me recebeu. Agora, havia o discurso da CODEVASF, que era o discurso oficial, e eu embarquei nele! Embarquei porque não tinha crítica. Quando tomei conhecimento dos fatos, o pessoal já estava na área! Seria muito difícil consertar! Eu disse: “Vou me redimir. Vou estudar.”

E realmente estudei. Fui trabalhar em Petrolina, com irrigação com o Serqueira, com as relações de produção e as relações que se estabelecem. Então, escolhi o agrário não porque tivesse tanta identificação, e mais por uma necessidade sentida. Hoje, pelo menos, já existem outras pessoas estudando. Mas, na época, se aparecesse alguém querendo estudar os movimentos sociais no campo, não tinha como, porque não havia orientador! Mas eu fui! Depois de mim, outros se seguiram.

Pronto, em 1991 voltei para a universidade e reassumi a coordenação do mestrado. Lúcia Melo saiu. Na coordenação, decidimos criar o doutorado. Primeiro, houve um convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois, vimos que precisávamos ser mais par . Aí, realmente, já tínhamos atingido a maioria, e já tínhamos maturidade também. Implantamos o doutorado e, hoje, temos nota 5. Estamos muito bem. Daqui a dois ou três anos, vamos ter problema, porque todo esse pessoal que foi formado no mestrado e que hoje é professor vai se aposentar. Então, precisamos tomar providência com relação a isso.

Bom, eu vim desse processo. Assumi a diretoria do Centro, tudo bem. Fiquei na diretoria, fiquei no mestrado e... me aposentei! Continuo do mesmo jeito. Continuo dando aula.

Para concluir, poderia falar um pouco sobre essa sua atual experiência na coordenação?

O que está acontecendo hoje é que a universidade foi solicitada, inicialmente pela Polícia Militar, depois pela Secretaria de Defesa Social, com o objetivo de capacitar quadros para o policiamento comunitário. E o reitor, talvez por confiança sei lá, ou porque eu estivesse desocupada no momento, me chamou e disse: “Veja de que maneira essa coisa pode ser executada.” Então montei o projeto, acho que temos uma série de ajustes a fazer, mas acho também que já está na hora de fazer alguma avaliação. Estou trabalhando nessa linha. Eu desenvolvo e faço a coordenação em conjunto com a Secretaria de Defesa Social, naturalmente, através do policial. Tentamos fazer um programa de capacitação para um policiamento que envolva um trabalho comunitário do soldado.

Ao lado disso, estou coordenando três mestrados que implantamos em Petrolina. Como eu conhecia Petrolina, tinha feito a tese e o reitor precisava, de alguma maneira, se articular e se compor politicamente, porque o pessoal de Petrolina reclamava que a Universidade Federal não fazia coisa alguma por eles... Então, Moisés mostrou que não poderia entrar com a execução direta do curso de graduação. Porque o grande desejo de Petrolina é ter a

Universidade Federal de Petrolina. Como poderíamos servir? Capacitando os docentes. A Anita Aline foi professora etc. e tal... Então reunimos todas as unidades de ensino, fizemos uma sondagem, e foram apontados seis cursos de interesse. Seleccionamos três e estamos executando, no caso, execução direta. Um curso de mestrado em nutrição, ciência de alimentos, um mestrado em ciência da informática, porque já havia um curso de graduação lá, e um mestrado em sociologia. Então, eu faço então a coordenação. Cada um consegue o seu coordenador, mas eu dou uma certa unidade e trabalho as arestas.

Só para encerrar: a senhora acompanha essa discussão da LOAS? A senhora participou de conselhos de assistência social?

Não. Eu não cheguei a participar da discussão da LOAS, que veio da Constituinte até a regulamentação da lei. Acho que eu estava muito envolvida em termos de mestrado e doutorado. Quem participou disso foi Ana Vieira, que trabalha comigo. Então não participei diretamente, porque não teria condições de assumir, mas acompanhei o que estava sendo feito.

E o que a senhora acha do Programa Comunidade Solidária?

Antes de analisarmos o Comunidade Solidária, precisamos analisar uma coisa: por que a solidariedade está sendo um fetiche da ajuda aos mais pobres? Por que solidariedade?

[FINAL DA FITA 4-A]

Então, o que se quer, na verdade, nem é transferir, é transformar o que é responsabilidade do Estado em responsabilidade da sociedade civil. Em nome de quê? Da solidariedade, que é o que sustenta a terceira via. Agora, quando se implantou o Comunidade Solidária, já havia a experiência anterior do Chile. A que se propõe, na verdade, o Programa Comunidade Solidária? Capacitação, uma reprodução da Operação Rondon, em alguns momentos... O que o Comunidade Solidária talvez tenha desencadeado foi a generalização do Programa Bolsa-Escola.

Considero o Bolsa-Escola, ainda, um grande programa. Não que eu defenda um programa de renda mínima, mas, entre os que estão por aí, pelo menos, se der um ajuste nesse programa, ele pode ir adiante. Pode-se perguntar: “É solidariedade?” Não! O que se está fazendo? Dando condições à família para que mantenha a criança na escola, caso contrário, ela vai continuar encaminhando a criança para o trabalho. Na verdade, o que se precisa pensar é o seguinte: esse menino frequentou a escola e, agora, o que se vai fazer com ele? Porque não é só colocar o menino na escola! É preciso criar condições para que ele termine a escola! Então, a evolução desse programa, talvez, possa caminhar por aí. Agora, tudo isso em nome da solidariedade? É necessário esclarecer de que solidariedade se está falando!

Vamos fazer uma última exploração. A senhora teve uma vida realmente fantástica, de experiências ricas, desafiadoras, e sempre se manteve fiel à sua profissão de assistente social. A senhora considera que a profissão mudou muito ao longo da sua trajetória?

A meu ver, mudou. O Serviço Social, de início, era sobretudo a prestação de serviços diretos, valorizando muito o individual. Depois, passou a valorizar o grupal e foi trabalhar com a comunidade, dando apoio ao Estado. Nos anos 70, ele não tinha outra linguagem. A linguagem do Serviço Social era a linguagem do Estado! E o que se apresenta hoje para o Serviço Social? O Serviço Social rompeu com isso e, hoje, tem outras metas. Está descobrindo

que precisa tratar da gestão do social, valorizando a implementação e a execução das políticas sociais através da sociedade organizada, o que ele sabe fazer muito bem. Então, dar condições para essa organização. O caminho do Serviço Social, hoje, é outro, há uma perspectiva mais consistente, consolidada, que não é simplesmente essa de: “Vou ajudar fulano de tal para o transporte.” Ainda se vê na mídia: “O assistente social foi chamado porque o paciente da clínica de diabéticos...”

Não há dúvida que o assistente social vai ser sempre um profissional da assistência. O que não significa que ele seja profissional da assistência para prestar apenas assistência material! Porque a política de assistência é outra coisa! A política de assistência, por exemplo, em relação ao diabético, que se sabe tem a recidiva, a todo instante está voltando para o hospital, porque não pode fazer o regime alimentar compatível com sua deficiência, é promover as condições para ele gritar, reivindicar, articular-se com o que existe na sociedade. Então, dar condições para que o diabético encontre esses meios. Eu vejo o serviço social desta maneira.

Eu não vejo o Serviço Social sendo atingido aqui. Trabalho com o seu Sebastião, com a Maria, a Benedita... Pergunto: “Por que eles procuram esse serviço?” E chego à conclusão: “Porque estão sempre sem dinheiro para procurar um médico. Porque não têm transporte. Se caem doentes, não vão ao médico. Ou então têm diabetes não conseguem os meios para fazer a dieta. O camarada diz: “Não posso deixar de comer batata, é o que eu tenho em casa!” E a assistente social vai dizer que ele deixe de comer batata, senão vai morrer!? O que faz nesse caso? De que maneira pode resolver a situação?

Atuando na sociedade. Realizando um tipo de intervenção que garanta assistência! Criando um espaço para esse elemento ser incluído. Ou seja, dando condições, àquele que precisa de uma assistência médica, para que o tratamento se efetue com resultado positivo! Não se está a favor de fulano ou de beltrano, e sim a favor do coletivo.

Sob esse aspecto, a preocupação com o coletivo, o Serviço Social evoluiu muito. O que se vê, hoje, é aquela preocupação da UCISS com a ação social! É o serviço social promovendo a ação social, articulando, mobilizando, ajudando, criando condições para a organização da sociedade civil. Acredito que é por aí que se dá qualquer mudança! É por aí! Porque o assistente social não vai mudar nada. Quem vai mudar? A sociedade.

A senhora disse que não era militante, e esse discurso agora...

Não, nunca fui! Mas não é isso?! Veja, posso não ser militante, mas eu formo alunos. Então o aluno precisa tomar conhecimento disso. Porque ele não está tratando do caso da dona Maria nem do Severino.

Sem dúvida, a senhora é uma grande professora. Gostaríamos de agradecer por nos dispensar praticamente quatro horas do seu tempo.

Fiquei satisfeita de ajudar de alguma maneira. Foi um enorme prazer! Podem usar à vontade as informações. Espero não ter comprometido ninguém. Preciso dizer que, depois, tornei-me grande amiga de dona Madalena e meu filho foi secretário de estado de Miguel Arraes.

Ótimo. Muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]